

# OFÍCIOS E PEQUENA INDÚSTRIA EM PENAFIEL: LATOEIROS/FUNILEIROS

**Teresa Soeiro**

CITCEM - FLUP

teresasoeiro@sapo.pt

## ABSTRACT

The Municipal Museum of Penafiel recently implemented an experience to stimulate the traditional crafts. It revealed that the tinsmith craft-deeply rooted in the city and district since the end of the 18th century-is at risk of vanishing, since only one professional craftsman remains, already retired. Such urgency led us to seek to document the activity, namely in the municipality, in order to construct a reading of this historical path, focusing on working dynamics and transmission of traditional skills, from the 18th century guilds to the Estado Novo (1933-1974). The last tinker and the memories of other craftsmen who learnt the trade in their youth and practiced it for many years, allowed access to working practices, technical means, models and needs and preferences of the clientele. These were considered under the relevant social and chronological context.

**Keywords:** Penafiel; crafts; tinsmith/tinker inventory; know-how transmission; socioeconomic dynamics.

## RESUMO

Uma experiência recente de dinamização das artes tradicionais, realizada pelo Museu Municipal de Penafiel, mostrou que o ofício de latoeiro/funileiro, enraizado na cidade e concelho desde o final do séc. XVIII, se encontra em risco de desaparecer, com apenas um profissional, já reformado. Tal urgência levou-nos a procurar documentar a actividade, sobretudo no município, para construir uma leitura do seu percurso histórico, incidindo nas dinâmicas do trabalho e da transmissão do saber desde as corporações setecentistas ao Estado Novo. O caso remanescente e a memória de outros artífices que aprenderam este ofício na juventude e o exerceram por muitos anos permitiram concretizar o acesso a práticas laborais, meios técnicos, modelos, mercados, necessidades e preferências da clientela, considerados com referência ao respectivo contexto social e temporal.

**Palavras chave:** Penafiel; ofícios; inventário de latoeiros/funileiros; transmissão do saber fazer; dinâmicas socioeconómicas.

## APRESENTAÇÃO

O Museu Municipal de Penafiel concebeu e coordenou, entre 2018 e 2020, o projecto *Das Artes e Ofícios Tradicionais de Penafiel*, que, segundo os responsáveis, «surge da necessidade premente de registar, divulgar e promover a continuidade do património imaterial ligado às artes e ofícios tradicionais do concelho, actualmente em risco de se perderem pelo envelhecimento dos artesãos ainda no activo, e pela falta de estímulo na formação de novos agentes produtivos». Foi um dos nove seleccionados, de entre sessenta e sete candidatos, para apoio no âmbito da 3ª edição do *Programa Tradições*, da EDP Produção<sup>1</sup>. Na 1ª fase, ao actualizar anteriores inventários de artesãos do concelho, a equipa que realizou o trabalho de campo<sup>2</sup> constatou existir actualmente apenas um artesão activo (embora já reformado) no domínio das artes do metal - área da latoaria/funilaria. Trata-se de Mário Alberto Moreira, proprietário e único trabalhador da sua oficina caseira, localizada na freguesia de Pinheiro/ Termas de S. Vicente. Mestre do seu ofício, prontamente aderiu à proposta, prestando-se a conceder uma longa entrevista, assim como a executar para registo uma obra característica do seu mester, um regador<sup>3</sup>.

A 2ª fase deste programa privilegiou a transmissão inter-geracional dos saberes e do saber fazer, através da realização de dois workshops com jovens (cestaria e tecelagem), enquanto na 3ª fase estava prevista a execução de novos produtos, concebidos pela designer Gabriela Gomes expressamente para cada um dos artesãos. A exposição temporária *Das Artes e Ofícios Tradicionais de Penafiel no Programa Tradições EDP*, inaugurada a 31 de Julho de 2020, coroou a iniciativa, sendo então apresentados os resultados do projecto. Os interessados passaram também a dispor da plataforma digital *PARTO – Penafiel, Artes e Ofícios*, com que «o Município de Penafiel pretende promover a preservação e a divulgação das suas tradições enquanto elementos patrimoniais identitários, valorizar os seus artesãos e estimular a transmissão destes saberes, fomentando o espírito de partilha e de aprendizagem».

O sucesso na execução deste projecto levou a que o Município/Museu tivesse a oportunidade de beneficiar de uma extensão do apoio, que permitiu a requalificação integral de um espaço para criação da *Oficina PARTO*. Equipada com os meios necessários para o trabalho na tecelagem e na cestaria (instrumentos, ferramentas e matérias-primas), prevê-se o seu eventual alargamento a outros ofícios. Configura uma oportunidade para manter grande interacção dos artesãos com o público, bem como pode constituir motivação para novos aprendizes, ou mesmo para quem apenas deseja experimentar estas artes tradicionais.

O trabalho que agora se publica é ainda repercussão do projecto precedente, por ter evidenciado a urgência de documentar mais uma actividade profissional em risco iminente de desaparecimento, a de latoeiro/funileiro. Integra-se, simultaneamente, na linha de investigação que o Museu tem vindo a desenvolver nas últimas décadas (com parcerias), de estudo dos ofícios e pequenas indústrias do concelho, cujos resultados foram publicados quer nesta revista, quer, sobretudo, nos *Cadernos do Museu*, editados em Penafiel, para além de outras obras colectivas, por exemplo actas de encontros científicos.

Cumpre-se ainda o objectivo, sempre subjacente, de alcançar um melhor conhecimento das colecções próprias, suportar o inventário e perscrutar caminhos para a sua ampliação coerente, identificando espólios complementares, situações de contextos preservados *in situ* e agentes com experiência do saber fazer e memórias associadas.

---

1 Iniciativa de financiamento de projectos que tenham como objectivo valorizar a cultura e as tradições locais, estimulando a auto-estima das comunidades e garantindo a valorização das artes e dos saberes populares pelas novas gerações, nos municípios de áreas de intervenção dos seis centros produtores da EDP Produção. Disponível em: <https://portugal.edp.com/pt-pt/programa-tradicoes>.

2 Na inventariação e trabalho de campo para registo e entrevista aos artesãos participaram Cristina Coelho e Manuel Ribeiro, técnicos da equipa do Museu Municipal, e Cátia Maia, cujos serviços foram contratados ao abrigo do projecto, por um período de três meses.

3 [www.projetoparto.org](http://www.projetoparto.org).

## OS OFÍCIOS DA FOLHA EM ARRIFANA/PENAFIEL

As actividades officinais objecto deste estudo – latoaria e funilaria – tidas como de grande valia no início da época moderna, eram próprias de vilas e cidades e objecto de protecção régia para que nelas se fixasse ao menos um artífice (VITERBO 1918: pp. 53-57)<sup>4</sup>. Na capital do reino, em 1572, a reforma proposta por Duarte Nunes de Leão para actualização e uniformização dos regimentos dos ofícios mecânicos incluiu a latoaria – *latoeiros de obra grossa e latoeiros de latam e folha* – estabelecendo assim uma referência para a organização da corporação onde quer que se estabelecesse (CORREIA 1926: pp. 45-48). Também no lugar de Arrifana de Sousa, separado do termo do Porto em 1741 para se tornar vila, sede de um pequeno concelho, e, posteriormente, ser elevada a cidade com o nome de Penafiel (1770), aqueles profissionais acompanhavam outros que faziam da folha metálica adquirida a terceiros a sua matéria-prima, ainda que alguns também realizassem peças ou componentes fundidas, nomeadamente os latoeiros de *obra grossa* ou de *fundição*. Tivemos ocasião de reunir alguma informação abrangente sobre esta temática numa outra publicação, intitulada *A latoaria em Cabeceiras de Basto* (SOEIRO 2015), pelo que agora nos focaremos mais no caso penafidelense.

Para trabalho posterior ficará outro ofício da *folha* (cobre e bronze) martelada, o de caldeireiro, relevante em Penafiel e, no geral, com grande identidade. Os que lavravam a folha de ferro – *ferreiros de folha e ferreiros de candeias* – alcançaram aqui posição de destaque, pois integravam o grupo profissional mais numeroso e bem organizado, o dos ferreiros, ao qual já dedicámos um estudo (SOEIRO 2014-2015). Para os séculos XVIII e início do XIX não conhecemos menções a picheiros, produtores de objectos de estanho. O termo apenas é usado, quase cem anos mais tarde, com o significado nosso contemporâneo e comum no Norte de Portugal, o de especialistas em canalizações e trabalhos similares.

Assim, ficamos primeiramente reduzidos aos latoeiros e funileiros, sobre os quais realizámos uma preliminar busca documental, que nos forneceu informação significativa, tanto devido às presenças, como às ausências. Mas nem sempre a distinção será clara, uma vez que a introdução da folha-de-flandres e progressiva vulgarização de novos produtos acabou por originar equívocos de linguagem, ainda hoje não uniformizada a nível nacional. Mesmo os mais ilustrados dicionaristas, à época, se ressentiam. Propomos, por isso, um breve regresso ao *Vocabulario* de Rafael Bluteau (1712-1738), referência consagrada para a língua portuguesa no dealbar do século XVIII, e ao primeiro *Diccionario* (1789) de António de Morais Silva, de final da centúria, para verificar o significado de:

Latoeiro - «official que faz caldeyras, candieiros, bacias, tachos de latão, ou cobre» (Bluteau 1716, 5: p. 51)

- «o que faz obras de latão» (SILVA 1789, 2: p. 10)

Funileiro (vocábulo apenas introduzido nos volumes de suplemento à obra) - «official que faz funis, e outras obras de folha de Flandres» (Bluteau 1727, 9: p. 442)

- «o que faz funis» (SILVA 1789, 1: p. 645)

Picheleiro - «official, que faz picheis, e outras obras de estanho» (Bluteau 1720, 6: p. 498)

- «o que faz vasos de estanho, e de lata de Flandres» (SILVA 1789: p. 200)

Latão - «metal artificial, que se faz com cobre vermelho, e calamina, mineral, que lhe dá mayor peso» (Bluteau 1716, 5: p. 49)

- «metal artificial composto de cobre vermelho, e de calamina» (SILVA 1789, 2: p. 9)

Lata - «folha de latão, delgada, e bem batida, que de longe parece ouro» (Bluteau 1716, 5: p. 48)

- «folha de latão mui delgada, e lustrosa. § Folha de Flandres, i. e. de ferro estanhado» (SILVA 1789, 2: p. 9)

---

<sup>4</sup> Um exercício de consulta básica na aplicação *digitalq* ([digitalq.arquivos.pt](http://digitalq.arquivos.pt)) detectou uma centena de documentos referentes a latoeiros, pelo menos desde 1456, existindo entre estes profissionais de data mais recuada vários *castelhanos*; para o século XVI, o número de processos do Tribunal do Santo Ofício já tratados pode estar a sobrevalorizar os cristãos-novos. Os funileiros, muito menos numerosos, pertencem ao século XVIII e, sobretudo, ao XIX.

Folha-de-flandres - «ferro brando, batido, e estendido em folhas delgadas, e passadas por estanho fundido, que as faz brancas» (Bluteau 1713, 4: p. 159)  
- «chapa de ferro delgada, e estanhada» (SILVA 1789, 1: p. 624).

A importação e utilização corrente do novo material, a folha-de-flandres, é referida, em meados do século XVI, por João Brandão, que noticiou a sua entrada na alfândega de Lisboa (BRANDÃO 1990: pp. 61 e 189). Seria destinada à obra dos *latoeiros de folha branca*, mais uma designação para o novo ramo da actividade contemplada no regimento quinhentista. De forma simplificada (SOEIRO 2015), podemos dizer que o *ferro branco* teria sido originalmente produzido na área germânica (Boémia e Saxónia) que, detentora do segredo, desde o séc. XIV vendia as chapas para toda a Europa. Fabricava-se na forja, por martelagem, transformando as barras de ferro em chapa fina, folha a folha, que depois de minuciosamente decapadas sofriam dois banhos de estanho. O processo seria imitado em França no tempo de Colbert, com recurso a técnicos daquela região, atribuindo-se a data de 1665 à primeira ferraria que a produziu. A *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert descreve e ilustra este fabrico do *ferro branco* por martelagem numa espaçosa e bem equipada manufactura (ENCYCLOPÉDIE 1989: fer blanc). A mais reputada, porém, era a *folha flexível* e duplamente passada no laminador de cilindros oriunda do Sul do Reino Unido, que dominou o mercado a partir da segunda metade de Setecentos (HARDY 1978: p. 97).

Em Espanha, Cobarrubias insere, no seu *Tesoro de la lengua castellana*, de 1611, a entrada *hoja de lata*, significando «cierta hoja de hierro muy delgada, que se labra en Milan, y en otras partes» (COBARRUBIAS 1610: p. 474v.), o que lembra Alcalá, que já em 1505 registara a mesma *hoja de milan* e a *hoja de coraças*. Só a partir do século XVIII, com Sobrino (1705: pp. 206, 226), não restam dúvidas de *hoja de lata* se tratar de folha-de-flandres, atendendo à tradução *fer blan*, e não de outra folha de ferro ou latão. Pouco posterior, o *Diccionario* de Autoridades (1734, 4: hoja de lata) é muito mais explícito na identificação do material e do seu emprego, atribuindo a substituição da importação pelo início recente do fabrico no país ao reinado de Filipe V: «Cierta plancha de hierro mui delgada, con un color que le dán como de plata, y sirve para canales de tejados, regaderas, alcúzas, embudos y otras cosas. Yá se hacen en España y con ventaja a las de Alemánia, cuyo secreto y fabrica se ha conseguido en los tiempos del Rey nuestro señor Don Phelipe el quinto deste nombre».

Na cidade do Porto, o privilégio para esta produção, em exclusividade, foi concedido, por dez anos, a Manuel José Monteiro (& C<sup>a</sup>) pelo alvará de 31 de Agosto de 1776 (DIAS 1955: pp. 44 e 73). Perdeu-se o secretismo, mas não o encanto pelo novo material, cuja preparação continuava a suscitar a atenção de mentes curiosas como João da Silveira Caldeira, estudante de medicina em Paris, que o descreve detalhadamente no volume dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* editado em 1818 (CALDEIRA 1818: pp. 140-170).

## LATOEIROS E FUNILEIROS (1701-1836)

No dealbar de Setecentos, residia na rua Direita de Arrifana, eixo principal do lugar e estrada para Trás-os-Montes, Manuel Alvares, de profissão latoeiro, o qual participou como testemunha em diversos actos de registo paroquial. Faleceu em 1723, com cerca de sessenta anos, não sem antes, acompanhado pela sua mulher Ana Delgado, ter feito em notário, a 21 de Outubro de 1718, uma doação de património ao filho, Manuel Alvares Delgado, *clerigo in minoribus*, incluindo, para além de bens rústicos e metade de uma casa em Paço de Sousa herdada da cunhada e irmã, a habitação de sobrado em Arrifana onde residiam, foreira ao mosteiro de Bustelo, passando aquele filho a ser terceira vida do prazo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Foi testemunha de actos de registo paroquial pelo menos desde 1702: PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 152v., PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 207v.; faleceu em 1723: PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0002, fl. 482v.; SANTOS, 1979: 76-78 e 139. Em 1718, a 21 de Outubro, Manuel Alvares e sua mulher Ana Delgado, fazem doação de património para o filho, Manuel Alvares Delgado: CNPNF02/001/Lv0553, fl. 167v-169v.

Como neste princípio de século o lugar de Arrifana ainda pertencia ao termo do Porto, Manuel Alvares laboraria ao abrigo do antigo regimento dos latoeiros portuense, datado de 1678, provavelmente limitado a obras em latão, como também viria ser a versão reformada de 1796<sup>6</sup>. Contudo, em 1707 vai-se separar deste grupo uma especialidade, distinta pela matéria-prima que manipula, a do ofício de *folha de Flandres*, para o qual «*por athe agora não haver juiz do dito officio, nem escrivão, forão obrigados por este Senado a ellegellos*»<sup>7</sup>. Assim, atendendo à cronologia, Manuel Alvares também já poderia conhecer e eventualmente ter trabalhado esta folha estanhada.

Parece, no entanto, não haver qualquer transmissão local da arte (hipoteticamente por o filho ser clérigo), uma vez que nos registos paroquiais, salvaguardando que nem sempre se indica a profissão, não são identificados outros latoeiros até ao final da centúria (SANTOS 1979; MARQUES 1974; DUARTE 1972; SANTOS 2000). Nos tombos das festas do Corpo de Deus, de 1657 e 1705, também não foram mencionados (SOEIRO 2000-2001) e mesmo a Câmara de Arrifana de Sousa, apesar do cuidado de, após a sua instalação em 1741, prontamente aprovar regimentos para os mesteres, não vai contemplar o de latoeiro. Esta ausência ficou confirmada pelo pormenorizado levantamento para cálculo da décima de prédios e maneios realizado em 1762. Assim sendo, provavelmente, não existiria então latoeiro na vila e seu termo (BERNARDO 2012). Porém, a população poderia facilmente prover-se destes bens junto das lojas do Porto ou nas de Guimarães, Braga, etc., e através dos vendedores que acorriam às importantes feiras do Espírito Santo e de S. Martinho.

Uma vez elevada a cidade em 1770, à qual o poder régio atribuiu um concelho mais extenso, fazendo dela simultaneamente sede de um novo (e efémero) bispado e de uma comarca, o leque de profissões instaladas ampliou-se, fixando loja oficiais com carta de exame anteriormente obtida em outras cidades, fossem ou não naturais desta; quando sucedia não haver qualquer mestre da especialidade pretendida pelo examinando, recorria-se novamente aos do Porto ou de Guimarães; ao existir um único, seria compelido a tomar o cargo de juiz do ofício (SOEIRO 2003-2004: pp. 20 e ss).

Estava nesta última situação Manuel Pereira de Melo, natural da cidade, quando a 1 de Março de 1780 foi nomeado para juiz do ofício de funileiro<sup>8</sup>, cujo posse assina, com uma letra firme. Onde aprendeu a arte e foi examinado, não sabemos, nem mesmo se regressou à origem após residir fora, uma vez que não se identifica a profissão nos registos paroquiais, integralmente levantados para o século XVIII, como referimos.

Já para o século XIX, não dispomos de recolha similar na documentação paroquial, contudo, latoeiros e funileiros passam a estar, de maneira consistente, presentes em outras fontes. Para as primeiras décadas, privilegiámos, pela sua acessibilidade e normalização, os livros de lançamento de *Décima* sobre prédios e maneios e os de registo de fogos e moradores para as *Ordenanças*, que nos pareceram os mais sistemáticos, especialmente representativos da população masculina. Nesses mesmos anos, as actas de Câmara contêm a lista anual dos profissionais escolhidos para louvados e juizes dos ofícios, onde surgem, mas nem sempre, os «para a obra de folha, e lata». As ausências podem espelhar o seu reduzido número ou mesmo inexistência ou indisponibilidade momentânea<sup>9</sup>. De 1815 a 1818 indicam-se dois louvados, remetendo para a matéria-prima mas sem concretizar o mester, por isso classificámos

6 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Ms 1553: *Compromisso dos officiaes do officio de Latoeiro, assim de obra de chapa martello e fundiçoens grossas como tambem de fundiçoens e cravaçoens, encabeçado na Irmandade de S. Gonçalo da Santa Sé Catedral*. Reformado no ano de 1796.

7 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Ms 1550: *Estatutos e compromisso do officio de Folha de Flandres*, 1707

8 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/00009 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 47-47v., 1780, Março, 1.

9 Em 1804 foram nomeados juizes para as várias obras de ferreiro e para serralheiro, mas não de funileiro/latoeiro: AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 48v, 1804, Dezembro, 31; nos anos seguintes são referidos louvados para menos ofícios (alfaiate, caiador, carpinteiro, ourives, pedreiro, tanoeiro), excluindo muitas vezes os do ferro; a 31 de Dezembro de 1809, 1810 e de 1811, a designação é genérica: «para a obra de ferreiro». Neste último ano regressam os juizes do ofício distintos para as especialidades do ferro e para serralheiro; para 1814 são louvados juizes, havendo ainda maior diversificação, ainda que sem o de funileiro/latoeiro, o mesmo sucedendo a 31 de Dezembro desse ano, na nomeação para 1815: AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00012 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 161v., fl. 200, fl. 223v-224v. e fl. 279 -280 e fl. 302v-303v.

todos os profissionais como latoeiro/funileiro. Já Manuel Ferreira, arrolado em 1823-1824 e Custodio José, em 1830, dizem-se *alanterneiro(s)*, o que, segundo Bluteau, significa «official que faz lanternas» e estas «transparente abrigo da luz de huma vela, ou candeia contra o vento» (BLUTEAU 1716, 5: pp. 37-38). Ambos residem na rua do Calvário, lado esquerdo, sendo, quiçá, parentes.

Optámos por levar a cronologia contemplada neste primeiro quadro até depois da definitiva vitória liberal, incluindo os dados do recenseamento eleitoral de 1836, que abrange todo o município, para assim confirmar que estas profissões ainda eram, por então, exclusivamente urbanas e com os poucos especialistas a residir nas ruas centrais. Pressupomos serem todos homens, ainda que num registo de óbito de 1829 se encontre uma *latoeira*, Josefa Margarida, viúva de José Ribeiro. Não pudemos confirmar se algum dia ela tinha exercido, o que parece muito pouco provável, se era proprietária da oficina na condição de viúva e mãe, ou ainda se recebeu a alcunha por ter um familiar (por exemplo, pai ou marido) na arte, o que sucede até aos nossos dias.

### Quadro n.º 1 - Latoeiros, funileiros e alanterneiros de Arrifana/Penafiel 1701-1836

Ano	Nome	Profissão	Morada	Observações
1702 <sup>10</sup>	Manuel Alvarez	latoeiro	rua Direita	casado, faleceu a 19 de Janeiro de 1723, com cerca de 60 anos
1780 <sup>11</sup>	Miguel Pereira de Melo	funileiro	desta cidade	nomeado para juiz do ofício; assina
1800 <sup>12</sup>	João Ribeiro	latoeiro	rua Direita (da Matriz para a Ajuda), lado direito	paga 100 réis
1803 <sup>13</sup>	João	latoeiro		nomeação dos juizes do ofício; só se indica o primeiro nome e não assina
1803 <sup>14</sup>	Custódio José Dias	latoeiro	rua Direita	testemunha em processo de condenação dos que vendiam vinho por preço excessivo; assina
1813 <sup>15</sup>	António Joaquim	funileiro	rua Direita (da igreja Matriz até à Senhora da Ajuda), lado esquerdo	pela agência, 300 réis
1815 <sup>16</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha» (não agrupada com os vários ofícios do ferro)
1815	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha»
1816 <sup>17</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha, e lata»
1816	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha, e lata»
1817 <sup>18</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados e juizes «para o officio de folha e lata», o segundo nome ficou em branco
1818 <sup>19</sup>	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados e juizes do officio «para o de folha de lacta»

10 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 152v., PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 207v.; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0002, fl. 482v.

11 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/00009 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 47-47v., 1780, Março, 1.

12 AMPNF - A 1452 *Livro do lançamento da decima desta cidade*, 1800, fl. 12.

13 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/000011 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 274-274v., 1803, Junho, 3.

14 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/000012 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 3v-4, 1803, Dezembro, 3.

15 AMPNF - A 1470 *Livro do lançamento da decima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados*, 1813, fl.16v.

16 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 15v, 1815, Dezembro, 31.

17 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 33v, 1816, Dezembro, 31.

18 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 59, 1817, Dezembro, 31.

19 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 74, 1818, Dezembro, 31. Em vários officios, continuam os mesmos até 1822, remetendo para a acta de 1818 (idem, fl. 93, 161, 184v), o que também ainda se fez em 1827: «e para Juizes dos Officios mecanicos, os mesmos que se achão nomeados no livro antecedente a fl. 73 e fl. 184». AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 11, 1827, Dezembro, 31.

1818	Manuel Ferreira Gomes	funileiro/latoeiro		louvados e juizes do officio «para o de folha de lacta». Em 1815 e 1816 fora «juiz do officio de peneireiro»
1823 <sup>20</sup>	Manuel Ferreira	alanteiro	rua do Calvário, lado esquerdo	
1824 <sup>21</sup>	Manuel Ferreira	alenteiro	rua do Calvário	por agência, 200 réis
ant. 1829 <sup>22</sup>	José Ribeiro	latoeiro?		A viúva, Josefa Margarida latoeira, faleceu a 14 de Maio de 1829 e foi sepultada na Matriz
1830 <sup>23</sup>	João Teixeira	latoeiro	rua do Calvário, lado esquerdo	tributado por agência em 100 réis
1831 <sup>24</sup>	Custódio Pinto de Campos	funileiro	travessa da Misericórdia	casado, 50 anos
1831	José Teixeira	latoeiro	rua Direita, lado direito	solteiro, 23 anos
1831	Manuel Ferreira	funileiro	rua Direita acima da igreja lado esquerdo	casado, 21 anos, natural de Penafiel
1833 <sup>25</sup>	José Durães	latoeiro	rua Direita (da igreja até à rua do Paço), lado direito	por casas arrendadas 1\$230 réis e por maneiio 300 réis
1833	João Teixeira	latoeiro		por maneiio 300 réis
1834 <sup>26</sup>	José Durães	latoeiro	rua Direita (da igreja até a rua do Paço)	tributado pelas casas de João Vitorino, em 1\$230 réis, e por maneiio 300 réis
1836 <sup>27</sup>	António Teixeira	latoeiro	rua Direita (acima da igreja)	
1836	José Teixeira Durães	latoeiro	rua Direita (acima da igreja)	activo aquando do recenseamento de 1865

## ARTES E PEQUENA INDÚSTRIA

Já do início desse tempo de acalmia e ambição de progresso que foi, para Penafiel (SOEIRO 1993) e para o país, o do *Fontismo*, o detalhado relatório compilado pela Junta Geral do Distrito do Porto para envio ao poder central, referente ao ano de 1855, apresenta um interessante mapa demonstrativo do valor médio dos salários pagos nos concelhos do distrito aos rurais e aos profissionais das *artes mecânicas* (*Consulta*, 1856). Todavia, antes mesmo de comparar esses quantitativos, interessa-nos sublinhar que apenas o Porto preenche os valores para a totalidade dos ofícios contemplados, vinte, seguido de perto por Penafiel (16) e Gaia (14), como se nos outros municípios esta diversidade, uma marca urbana, não tivesse tamanha expressão. Só carpinteiros, pedreiros e trolhas figuram em todas as respostas, seguidos de perto por alfaiates, sapateiros e ferreiros.

Para as artes que agora estudamos, temos valores salariais indicados por Felgueiras (latoeiro 220rs e funileiro 180rs), Gaia (funileiro 240rs), Lousada (funileiro 240rs), Penafiel (latoeiro 320rs e funileiro 240rs) e Porto (latoeiro 260rs e funileiro 240rs), que, exceptuando no primeiro caso, estão em paralelo com os das três profissões mais presentes. Se observarmos apenas Penafiel, a média

20 AMPNF - 1481 *Livro do lançamento da decima de maneios e juros*, 1823, fl. 38v.

21 AMPNF - 1482 *Livro do lançamento da decima de maneios e juros*, 1824, fl.28.

22 PT-ADPRT-PRQ -PPNF24-003-0020, fl. 264.

23 AMPNF - 1492 *Livro para o lançamento da decima do maneiio, ou agencia, e tambem dos dinheiros a juro, ou gratuitos*, 1830, fl. 14v.

24 AMPNF - 1747 *Livro de registo de fogos e moradores no distrito da 1ª Companhia da Capitania-mor das Ordenanças*, 1831, fl.92v.-93, 99v-100 e 23v-24, respectivamente.

25 AMPNF - 1500 *Livro do lançamento da decima dos prédios urbanos e rústicos desta cidade, e dos maneios e ordenados*, 1833, fl. 11v. e 53. No termo apenas há ferreiros e ferradores: AMPNF - 1501 *Livro do lançamento da decima das freguesias do termo desta cidade e coutos de Bustelo e Santa Clara do Torrão*, 1833.

26 AMPNF - A 1502 *Livro para lançamento da decima dos prédios urbanos e rusticos desta cidade e suburbios, bem como dos maneios*, 1834, fl. 9v. e 49.

27 AMPNF - 1611 *Livro de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para a eleição de deputados na freguesia de Penafiel e S. Thiago*, 1836.

de 240 réis atribuída aos funileiros é igual à dos caldeireiros, carpinteiros, sapateiros, pedreiros e trolhas; os latoeiros estão valorizados, o que os colocou algo acima dos ferreiros, serralheiros, marceneiros, chapeleiros e espingardeiros (300rs), muito abaixo dos ourives (600rs), mas duplicando o salário auferido nos trabalhos rurais (160rs). O mapa do ano seguinte, 1856, onde se esclarece serem os valores relativos ao período do Inverno, já atribui aos latoeiros o salário médio de 280 réis, abaixo daquele grupo e a par dos pedreiros. Os funileiros mantêm o de 240 réis, como os caldeireiros, sapateiros e trolhas (*Relatório*, 1857). Em 1859, os latoeiros receberiam 340 réis (300rs em 1860), acompanhando as subidas de outras profissões, enquanto os funileiros ficavam para trás, com 260 réis, iguais pelos alfaiates e muito mais próximo dos trabalhadores rurais (240rs) (*Relatório*, 1860).

Quando, em 1863, a Câmara envia para Lisboa uma representação em que faz o balanço da actividade económica concelhia<sup>28</sup>, a seu ver muito ampliada em resultado da construção da estrada Porto-Penafiel, *latoeiros e folheteiros* integravam o segmento da *indústria artística* (ou seja, a derivada das antigas artes mecânicas) dedicado aos metais não nobres, que estava em forte recessão devido à desvalorização dos trabalhos em ferro para venda no mercado regional e para exportação. Calculava-se que movimentaria 5:000\$000, um terço do montante alcançado pela tamancaria, em crescimento, e um quarto do que teria a correaria e a tecelagem do linho. Três fábricas (cal, curtumes e sabão) atingiriam anualmente 50:000\$000. Em simultâneo, Penafiel confirmava-se como pólo terciário do interior do distrito, forte em negócios tradicionais, como os de mercearia de peso e molhados (375:000\$000) e de *fazendas brancas* (185:000\$000), conjuntamente ultrapassados pela venda de bovinos para consumo e exportação (400:000\$000). O comércio de ferragens valeria então 50:000\$000.

Já o relatório apresentado pela Administração do Concelho, relativo à feira de S. Martinho de 1863, refere que das obras de folha expostas, no valor de 400\$000, venderam-se 250\$000, e dos trabalhos de latão, avaliados em 200\$000, foram adquiridos 180\$000<sup>29</sup>. Segundo o recenseamento realizado porta a porta, no ano seguinte, pelo jornal local *O Seculo XIX*, publicado a 20 de Abril de 1864, após «um exame minucioso por essas ruas, beccos e travessas», existiam na cidade sete oficinas de funileiro e latoeiro, tantas como as de serralheiro, enquanto as artes do ferro, que lideravam no século XVIII, estariam agora reduzidas a cinco ferreiros e candeeiros.

Das condições de trabalho e obra realizada nestas oficinas instaladas no cerne da malha urbana quase nada alcançámos, com excepção de alguma nota sobre o seu impacto particularmente ruidoso e invasivo do espaço público, que perturbava o quotidiano da comunidade, como deixa ver a seguinte postura, de 1865:

«Artigo 41º - É prohibido partir, dobar e manufacturar, nas ruas publicas, ferro, aço ou outros metaes, sob pena de mil reis, alem da indemnização do prejuizo de terceiros e do Municipio.

§ unico - Igualmente o é descarregar dos carros ou outros vehiculos, que o conduzirem qualquer metal nos lugares publicos da Cidade por outro modo que não seja á mão, sob pena de mil reis alem da reparação do damno.

Artigo 42º - É prohibido a toda e qualquer pessoa ou official mechanico trabalhar nas ruas, praças, viellas, ou estradas publicas, e nellas collocar obra feita e pôr madeiras ou outro qualquer objecto fóra das hobreiras, sob pena de oitocentos reis.

§ 2º - Aos caldeireiros e latoeiros não será permittido exercer sua profissão junto ás ruas por onde tranzitam cavallos e vehiculos, sob pena de dous mil reis»<sup>30</sup>.

28 AMPNF – A 123 *Livro copiador de correspondência expedida*, 1863, Setembro, 20.

29 ADP - Governo Civil do Porto, M 639, de 1864, Fevereiro, 27

30 AMPNF – A 27 *Livro de registo das actas da Câmara*, 1865, Maio, 17.

## REDEFINIÇÃO DAS PROFISSÕES E DISTRIBUIÇÃO NACIONAL (1878-1890)

A *Tabela geral das indústrias*, anexa ao regulamento da contribuição industrial aprovado pelo decreto de 28 de Agosto de 1872, fruto da necessidade de obter melhores dados estatísticos e sistematizar as interações com os serviços de estado, fixa e codifica a designação/definição das actividades a ser utilizada no âmbito nacional, prevista desde a criação desta contribuição em 1860<sup>31</sup>. Surpreendentemente próxima dos significados oferecidos pelos *dicionaristas*, apenas clarifica o caso dos funileiros, agora presentes em todos os distritos e sem dúvida relacionados com a folha branca ou folha-de-flandres. Estas folhas metálicas parecem não se fabricar no país e ser vendidas em estabelecimentos especializados apenas no Porto, o que não será credível<sup>32</sup>. Assim, no *Anuario estatístico* de 1878 encontramos:

«Bate-folhas (nº 66, tabela B classe 6.<sup>a</sup>) - mercador de folhas ou laminas de metaes».

Com o nº 67, Bate-folha com estabelecimento (fabricante), não há qualquer caso colectado no país. Em 1860 dizia-se: «com estabelecimento de preparar metaes em folhas ou laminas» (Legislação, 1862:20). A contribuição (nº 66) ascendeu, em 1878, a 52\$000, o que resulta num valor médio por unidade de 13\$000 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 88 e 68).

Latoeiro (nº 300, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «fabricante ou mercador de objectos de latão, etc.». Em 1860: «mercador ou fabricante de objectos de latão, com estabelecimento» (Legislação, 1862: p. 24). A contribuição e licenças totalizaram, em 1878, 689\$715, sendo a média por caso 5\$431 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 95 e 75).

Funileiro (nº 268, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «com estabelecimento dos objectos de folha branca» (como em 1860). A contribuição e licenças colectadas foram de 2:041\$923, com uma média de 4\$578 por contribuinte (*Anuario*, 1878-1879: pp. 94 e 74).

Picheleiro (nº 400, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «fabricante ou mercador de obras de estanho» (como em 1860). Contribuição e licenças perfazem 82\$100, cabendo a cada um, em média, 6\$842 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 97 e 77).

### Quadro n.º 2 - Contribuição Industrial: bate-folhas, latoeiro, funileiro e picheleiro 1878

Actividade Distrito	Bate-folhas	Latoeiro	Funileiro	Picheleiro
Aveiro	—	—	9	—
Beja	—	3	9	—
Braga	—	4	24	1
Bragança	—	4	7	—
Castelo Branco	—	1	3	—
Coimbra	—	6	16	—
Évora	—	3	6	—
Faro	—	—	17	—
Guarda	—	12	22	—

31 A contribuição industrial, aprovada por carta de lei de 30 de Junho de 1860, veio substituir a decima industrial, maneo de fabricas e seus adicionais (Legislação, 1862:1).

32 Gerardo Pery quantifica a importação de folha-de-flandres, no ano de 1856, em 478:511kg, com o valor de 66:000\$000, e para o ano de 1872 em 918:679, por 112:000\$000. No primeiro destes anos, o país exportou 16:767kg (2:800\$000) de folha em bruto e 2:211kg (3:000\$000) em obra; já em 1872 saíram do país 5:360kg (800\$000) de artigos em folha-de-flandres (PERY 1875:156-157).

Leiria	–	1	24	–
Lisboa - cidade	–	25	97	2
Lisboa - concelhos	–	–	46	–
Portalegre	–	1	15	–
Porto - cidade	4	38	42	9
Porto - concelhos	–	10	27	–
Santarém	–	1	30	–
Viana do Castelo	–	–	3	–
Vila Real	–	1	12	–
Viseu	–	17	37	–
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>127</b>	<b>446</b>	<b>12</b>

**Fonte:** *Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*. Lisboa: DGCD, 1878-79.

No *Inquérito Industrial* de 1890, a designação latoaria continua a remeter, explicitamente, para o *fabrico de objectos de latão*. O número de oficinas está em decréscimo, particularmente na cidade de Lisboa, e concentra-se na do Porto (39,2%) e no distrito de Braga (20,6%), cabendo ao próprio concelho de Braga 18 unidades de pequena indústria, com 58/52 trabalhadores (17 mestres, 22 operários e 13 aprendizes), e duas fábricas que empregam outros 16/17 e 14/9 colaboradores, respectivamente (*Inquerito*, 1891, 3: pp. 143 e 166-167). Pelo contrário, picheleiro, regionalismo das áreas de Coimbra e Porto, alterou completamente o significado, perdendo a ligação às obras de estanho e ao fabrico de pichéis. Na primeira cidade, é o profissional que utiliza no seu trabalho *canos de chumbo e ferro*, na segunda, o que se dedica à construção de canalizações para diferentes fins. Lisboa e o Sul não os assinalam, sendo outros a executar esta mesma actividade, então muito requisitada nos centros urbanos e nas modernas instalações industriais e mesmo agro-pecuárias.

Já os funileiros crescem em número e apresentam-se distribuídos por todo o território. Foram identificados, a nível nacional, mais de um milhar. Tendo em conta estes números, sempre inferiores aos reais, cada profissional serviria, em média, 4551 pessoas, valor que no distrito de Lisboa (com Setúbal) passava para 3820 e no do Porto descia a 3104 (ou melhor 2930 se descontarmos a população de Penafiel, concelho que não respondeu ao *Inquérito*, mesmo sem atender aos vários funileiros aí estabelecidos), sendo pouco mais alto na Guarda e em Portalegre. Ao nível concelhio, para além das sedes de distrito, outros núcleos urbanos relevantes ou com grandes feiras destacam-se pelo número de oficinas, como, por exemplo, Guimarães (9), Barcelos (8), Amarante (7) Chaves (7), Mirandela (9), Sabrosa (7), Peso da Régua (11), Lamego (15), estas últimas possivelmente relacionadas com a especialização vitivinícola duriense. No interior beirão, sobressaem Tondela (8), Gouveia (14), Belmonte (7), Sabugal (12), Penamacor (7) e Fundão (9). Na raia, mais a Sul, deparámos com outro núcleo marcante em Elvas (14). Neste patamar estão ainda Cartaxo (7), Setúbal (8) e os centros algarvios de Loulé (9), Olhão (8) e Tavira (7).

A enorme maioria destes estabelecimentos ao longo do país tinha, em 1890, dimensão idêntica às oficinas de séculos anteriores e recebeu a classificação de pequena indústria, trabalhando neles o proprietário/mestre, por vezes um ou, raramente, mais operários/oficiais qualificados e um (ou nenhum) aprendiz. No entanto, o *Inquérito* já encontrou “fábricas” em Braga, Gouveia, Coimbra, Porto e Lisboa, destacando-se duas da capital, a Latoaria Mecânica a Vapor de Joaquim Rufino Ribeiro, com 26 operários, e a Societé Générale Métallurgique, com 43.

**Quadro n.º 3 - Estabelecimentos de latoaria, funileiro e picheleiro**  
 Inquérito Industrial de 1890

Distrito (nº de concelhos com /sem profissionais)	População	Actividade		
		Latoaria	Funileiro	Picheleiro
Aveiro ( 8 /8)	287.437	—	15	—
Beja (13 /1)	157.571	—	28	—
Braga (11 /2)	338.308	21	59	—
Bragança ( 8 /4)	179.678	5	32	—
Castelo Branco (10 /1 + 1 não resp.)	205.211	1	52	—
Coimbra (11 /4 + 2 não resp.)	316.624	6	39	1
Évora (11 /2)	118.408	—	38	—
Faro (12 /3)	228.635	—	53	—
Guarda (14 /0)	250.154	8	75	—
Leiria ( 8 /3 + 1 não resp.)	217.278	—	27	—
Lisboa - cidade		6	89	—
Lisboa (c/ Setúbal) (22 /2)	611.168	—	71	—
Portalegre (13 /2)	112.834	—	36	—
Porto - cidade		40	103	22
Porto (12 /3 + 1 não resp.)	546.262	1	73	—
Santarém (15 /3)	254.844	5	53	—
Viana do Castelo (10 /0)	207.366	1	39	—
Vila Real (12 /2)	237.302	2	57	—
Viseu (18 /7 + 1 não resp.)	391.015	6	85	—
<b>TOTAL</b>	<b>4.660.095</b>	<b>102</b>	<b>1024</b>	<b>23</b>

**Fonte:** *Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, volumes 3 a 5.

Estas actividades estão presentes no associativismo, onde se reflectem as mesmas ambiguidades terminológicas e de solidariedade de grupo. Costa Goodofim (1974: pp. 109 e 157), ao elencar as associações de socorros mútuos, refere a Associação dos Latoeiros Portuenses, fundada em 1856, com sessenta sócios, e a Associação Lisbonense de Latoeiros de Folha Branca, de 1862, com igual número de associados. Depois de reconhecido o direito de associação de classe (1891), é, em Dezembro de 1898, formalizado o pedido de autorização para criar no Porto a Associação de Classe dos Operários Picheleiros e Latoeiros de Fundição de Metal<sup>33</sup>, cujos estatutos já respeitam aquela legislação. Recebe alvará a 10 de Maio de 1899. Ora, a designação escolhida remete para a nova profissão de picheleiro (termo do Norte), que se associa a um subgrupo dos latoeiros, os de fundição, escolhidos para parceiros por fabricarem artefactos essenciais à instalação de canalizações, como as torneiras e passadores, bem como válvulas, agulhetas e outros elementos das bombas, etc. Esta era uma complementaridade vivida em duas fábricas do Porto, de latoaria e pichelaria, inquiridas em 1890.

Também da viragem do século é um novo pedido para formar uma Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca, apresentado em Lisboa no ano de 1898 e recusado por já existir uma anterior (a acima referida, patronal?). Os serviços da tutela sugeriram a alteração do nome para funileiros, o que não teria acontecido, mas sim a especificação de *ser dos operários*, como testemunha o alvará de 31 de Maio de 1900, que aprova a Associação de Classe dos Operários da Industria de Latoaria de Folha Branca, publicado no jornal oficial dois anos depois<sup>34</sup>. Por essas mesmas datas surgia a União dos

33 ANTT - *Associações de classe: Operários Picheleiros e Latoeiros de Fundição de Metal*, nº 0170, Cx 186.

34 ANTT - *Associações de classe: Operários da Industria de Latoaria de Folha Branca*, nº 0198, Cx 091.

Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas do Porto e Gaia, com alvará de 17 de Agosto de 1901<sup>35</sup>. Serão estes e a Associação de Classe dos Lojistas Latoeiros de Folha Branca (com 73 e 43 sócios), a responder à inquirição sobre a situação do operariado, lançada em 1909 (CABRAL 1977).

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, ainda hoje podemos sentir esta antiga dificuldade com a terminologia, resolvida pelo recurso a uma designação composta, de compromisso inter-regional:

Funileiro-latoeiro - «é o trabalhador que fabrica e/ou repara artigos em chapa fina, tais como: folha-de-flandres, zinco, alumínio, cobre, chapa galvanizada, plástico com aplicações domésticas e/ou industriais».

Canalizador-picheleiro - «procede à montagem, conservação e reparação de tubagens e acessórios de canalizações para fins predominantemente domésticos; procede, quando necessário, à montagem, reparação e conservação de caleiras e algerozes».

### LATOEIROS/FUNILEIROS EM PENAFIEL (após 1865)

A cidade do Porto, indiscutível capital do Norte para as *artes mecânicas* de cariz urbano, teria em 1881, segundo o *Inquérito Industrial*, entre 18 e 20 estabelecimentos de latoaria, que davam trabalho a cerca de 60 pessoas; produziam candeeiros, torneiras, campainhas e palmatórias, *pulindo e fundindo o latão*. Já quanto à pequena indústria esparsa pelos demais concelhos, a rubrica 20. *Latoaria* engloba também os funileiros, o que dificulta a interpretação dos números, embora Penafiel se destaque com 12 ocorrências, num quadro geral de estagnação, ou como se diz: «apenas atende às necessidades ordinárias do serviço doméstico» (*Relatório*, 1881: pp. 4-5, 43, 363).

Mesmo os funileiros portuenses, que trabalhavam a folha-de-flandres e há muito se tinham autonomizado dos latoeiros, não prosperavam. As 65 oficinas (6 evidenciando-se pelo valor da produção) eram animadas por cerca de 150 artistas habilitados (65 proprietários/mestres e 84 oficiais) e mais de uma centena os aprendizes. Contudo, uma década antes, teriam sido muitos mais, decréscimo que os próprios justificavam por a classificação alfandegária prejudicar a actividade nacional em relação às importações e também porque a falta de capital e dimensão não consentiam que se equipassem para fazer face à concorrência: «A decadência n'esta especie fabril é grave. [...] Porque? Porque a classificação da pauta não corresponde ao seu espirito. Marca ella para a obra de folha de Flandres 400 reis em kilogramma<sup>36</sup> e para a de folha de ferro estanhada 160 reis. Já nos parece ambigua a distincção, porque a folha de Flandres não é senão folha de ferro estanhado; mas outr'ora essa classificação podia servir: hoje não, que se fazem bacias, jarros, banheiras e outras especies, estanhadas depois de feitas, em vez de serem fabricadas com chapa já estanhada. Esses artigos invadem o mercado, substituindo os da funilaria nacional que não tem amparo nem mercado para installar as grandes machinas necessarias para as producções d'essas especies. Observa-se aqui um exemplo mais de pequena industria nacional em concorrencia com a grande industria estrangeira, vendo-se tambem mais uma vez como, em lugar de amparar no paiz uma transformação indispensavel, se abandona tudo à concorrencia e se deixa seccar essa fonte de trabalho nacional» (*Relatório*, 1881: pp. 362-363).

Cerca de dez anos depois, o novo inquérito industrial, de 1890, ainda bastante limitado (e a que Penafiel não deu resposta), permite uma releitura da situação dos latoeiros e funileiros no distrito, agora acompanhados pelos picheleiros. Embora tenham sido contabilizados mais estabelecimentos do que no anterior (na cidade 40 latoarias, 103 funileiros e 22 picheleiros; em Gaia, 24 funileiros), a *comissão dos funileiros* do Porto, eleita pelos membros da classe, temia a *morte da arte*, traçando um quadro negro

35 ANTT - *Associações de classe: União dos Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas do Porto e Gaia*, nº 0249, Cx 175.

36 Os negociantes de ferragens tinham reclamado no Inquérito de 1865 contra este valor, por demasiado elevado, pedindo que se cobrassem apenas 250 réis (*Inquérito*, 1865: 161).

para esta indústria, cujos proprietários se viam «compellidos a reduzir os magrissimos proventos com a sustentação, como internos, dos seus officiaes e aprendizes, por lhes não poderem dar ordenados» (*Inquérito*, 1891, 4: p. 712). Aliás, muitos eram os mestres (126), que labutavam a par dos 128 oficiais e apenas 88 aprendizes, em oficinas sem dimensão para se poderem modernizar. Reclamavam, como outros ramos, a alteração na *pauta* do montante dos direitos alfandegários a pagar pela obra importada, em defesa da indústria nacional, que já tinha de comprar no exterior a folha e fazer face à mecanização: «a carestia das matérias primas, o aperfeiçoamento e a complexidade do maquinismo estrangeiro e a falta de extracção aos productos nacionaes» (*Inquérito*, 1891, 4: p. 712). Temiam a falta de escoamento resultante da importação pelos negociantes de bens idênticos aos que fabricavam, mas mais modernos ou de melhor qualidade, preferidos do público.

Quando é realizada a *Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado* (1909-1910), muito focada nas cidades de Lisboa e Porto, a situação tinha-se alterado no terreno, porque «houve transformações mecânicas e por esse facto a produção dos artefactos aumentou consideravelmente, motivando a crise de trabalho». Então, pelas palavras dos lojistas-fabricantes da capital perpassa uma certa nostalgia da idiosincrasia das corporações: «geralmente os artefactos desta indústria eram fabricados manualmente, dando assim ocasião a que se criasse um certo estudo e amor pela arte, e que se fizessem bons artistas. Actualmente, em virtude da mecânica, começou a exploração de algumas fábricas [...] exigindo-se apenas grande produção, para que os artefactos possam sair muito baratos e vendidos em estabelecimentos, mercados públicos, vendedores ambulantes» (CABRAL 1977: p. 219). Perdida a relação directa do artífice com o cliente, este saía prejudicado com a falta de qualidade da matéria-prima e da obra, feita em máquinas por aprendizes que apenas repetiam uma tarefa, sem dominar toda a cadeia operatória.

Na maior parte dos concelhos do distrito, em 1890, os funileiros distribuía-se em pequenas oficinas, isolados ou com algum oficial e aprendiz. Por exemplo, em Amarante, onde eram sete, trabalhavam todo o ano, com horário ajustado à estação (8-14h no Verão, 6-11h no Inverno), fazendo serão de 3h em 90 a 100 dias. O salário oscilava entre 200 e 360rs, mais do que o auferido em vários outros ofícios. A matéria-prima (folha, zinco, estanho e chumbo) procedia do estrangeiro, mas a obra (p.e. baldes, funis, regadores) era vendida no mercado nacional. Para Gondomar, com seis funilarias, onde trabalhavam quatro mestres, quatro operários e dois aprendizes, estima-se o capital fixo em 316\$000 e o circulante em 219\$500, calculando que a folha-de-flandres e demais matéria-prima teria um custo de 655\$540, enquanto a obra, vendida no mercado nacional, valeria 1:368\$900, constando de candeeiros, lanternas, funis e outros objectos. Os quatro funileiros de Paredes, também a trabalhar todo o ano (4 operários, 1 aprendiz), indicam como capital fixo 33\$000 e circulante 59\$000. Três estabelecimentos despendiam 183\$100 em folha e estanho, e vendiam objectos diversos no total de 426\$000<sup>37</sup>. Estes são valores apenas indicativos, que podem suprir a falta de resposta por parte do município de Penafiel.

A mecanização das *artes* denunciada pelos latoeiros de folha branca de Lisboa, em vésperas da República (CABRAL 1977: p. 59), não teria réplica imediata na maioria das unidades da província<sup>38</sup>. Mas, por todo o lado se fez sentir a chegada ao mercado destes produtos, vendidos por agentes nacionais nas grandes feiras e, por representação, no comércio local. Sem descartar a imitação de modelos e o imperioso ajustamento a novas necessidades, as pequenas oficinas continuaram a produzir artefactos tradicionais, os mais procurados e de uso quotidiano, ao mesmo tempo que eram fundamentais para os concertos, prolongando assim a vida útil do objecto, fosse de fabrico local ou forâneo. A introdução da máquina *universal* e a transformação do aparelho de soldar destacam-se como as mais visíveis alterações dos meios técnicos até meados do século XX, vindo aquela a tornar-se imagem distintiva da profissão.

37 Foram contabilizados 6 funileiros em Bouças/Matosinhos, 5 em Lousada e na Póvoa de Varzim, 4 em Baião e Santo Tirso, 3 em Valongo e 1 em Vila do Conde, existindo no Marco de Canaveses, 1 latoaria e 4 funileiros.

38 Fora de Lisboa e do Porto surgiram, no entanto, modernas unidades industriais, as quais acabariam por se afirmar, servindo o mercado nacional e exportando os seus produtos, de que é exemplo a *Casa Hipólito*, de Torres Vedras (DUARTE, 2017).

Como fizemos para épocas precedentes, ensaiámos uma primeira recolha de profissionais – latoeiros, funileiros e picheiros – sedeados em Penafiel entre a segunda metade do século XIX e a Ditadura, utilizando os recenseamentos eleitorais, novamente por se tratar de fonte acessível e sistemática, apesar das disparidades na definição de *eleitor* nas sucessivas datas, alterando o universo representado. Salientámos que a classificação profissional, nomeadamente a distinção entre latoeiro e funileiro, não parece assumida, ressentindo-se talvez de instruções oficiais, tendo como consequência, por exemplo, na cidade, em 1894 todos serem funileiros e em 1923 latoeiros. A indicação da idade é muito pouco precisa.

Penafiel (freguesia de S. Martinho com a sua anexa Santiago) contava com 4.016 residentes em 1864, no ano seguinte são eleitores quatro latoeiros (pelo menos um vem dos anos 30) e um funileiro; nenhum outro foi mencionado no restante concelho. Em 1878, a população ascendia a 4.489 habitantes; quando teve lugar o bastante abrangente recenseamento eleitoral de 1879, haveria oito latoeiros e dois funileiros na urbe e mais dois latoeiros na freguesia de Rio de Moinhos, populosa (1.238 residentes) e afastada da sede, perfazendo o concelho um total de doze, igual ao indicado no *Inquérito Industrial* de 1881. Apesar de muitos serem jovens adultos, já não foram inscritos quinze anos depois, quando se usaram critérios mais selectivos para alcançar o direito de voto. Será necessária mais informação para reconstituir minimamente os percursos de vida e verificar como a conjuntura de forte crise, a mobilidade interna e outras condicionantes contribuiriam para afastar alguns deles. Entre os que não voltaram a ser mencionados, estava António José de Melo, de 27 anos, casado, que substituíra o seu pai e, em Setembro de 1876, envia uma nota publicitária, para impressão no jornal *O Commercio de Penafiel*, na qual informa os clientes de que o seu estabelecimento da rua Nova “*acaba de ser melhorado consideravelmente, contendo todos os objectos da respectiva arte*”, dos quais lhe mereceram destaque as variadas sombrinhas e os candeeiros em metal de *gosto moderno* para petróleo e azeite; em Janeiro de 1879, volta a anunciar no mesmo jornal, agora apenas apostado na feitura de caixões de chumbo. Era bombeiro voluntário (*agulheta*), em 1881 (FERREIRA 1990: p. 29).

Do *Mappa dos estabelecimentos insalubres, incommodos e perigosos* que a autarquia levantou, em 1883, por solicitação do Governo Civil do Porto<sup>39</sup>, constam cinco de latoeiro, todos da cidade e classificados como *incómodos*. Pertencem ao antes referido António José de Melo (rua Nova) e a José António Leite (rua do Paço), eleitor tanto em 1879 como em 1894. Acrescenta Manuel Vieira (rua Direita), classificado como fundidor em ambos os recenseamentos, e Rodrigo José Peixoto (Cimo de Vila), também fundidor (1879). Não encontramos o quinto, José Pereira (rua Formosa), nos recenseamentos desta freguesia. Funileiro haveria apenas um, Pedro Teixeira Durães (praça Municipal), presente nas duas listagens mencionadas e possível familiar de José Teixeira Durães, que desde os anos trinta (até aos sessenta?) trabalhara como latoeiro.

Em contraposição à situação anterior, os cinco profissionais recenseados na cidade em 1894 são todos designados funileiros. Vimos que quatro vinham de trás, o outro, Manuel Gomes de Freitas<sup>40</sup>, colocara, em Novembro do ano anterior, ainda no jornal *O Commercio de Penafiel*, a tabela de preços para execução de caixões de chumbo no seu estabelecimento de latoeiro, pelo que este serviço devia ter boa procura, inerente à construção de jazigos de família no cemitério municipal. Nas freguesias, mantêm-se em laboração José Cardoso (67 anos) e José Cardoso do Amaral (42 anos), talvez pai e filho, latoeiros de Rio de Moinhos, que estão na base do núcleo familiar da arte sedeados em Cans, o qual veio a ensinar discípulos, de seguida fixados em outras freguesias. António Nogueira da Silva, um jovem adulto do lugar do Mosteiro, deu início a outro pólo em Paço de Sousa.

39 ADP - Governo Civil do Porto, M 3078, de 1883, Julho, 27.

40 Não reunimos as referências a este nome por incongruência nas idades apresentadas, apesar de, como bem sabemos, poderem facilmente estar erradas.

O recenseamento de 1901 encontrou um funileiro e quatro latoeiros no centro urbano, todos ainda jovens, e um picheleiro, de 45 anos, morador na rua Direita. Rio de Moinhos terá perdido o patriarca do núcleo de Cans, mas acolhe um membro da terceira geração, Manuel Cardoso do Amaral, 23 anos; no mesmo lugar trabalha o latoeiro Manuel Luís Ferreira. Paço de Sousa não sofre alterações.

Em 1923, há na cidade, onde a população crescia mais rapidamente (5.759 residentes em 1920), oito profissionais, quatro dos quais já figuravam em 1901, mas não os outros, dois deles com mais de 50 anos. A arte parecia em declínio, dirigindo-se a procura a novos materiais, excepto no ramo da pichelaria, que viria a tornar-se o último refúgio dos latoeiros/funileiros no século XX. Tal não se verifica de imediato nas freguesias rurais, onde os artefactos de folha se mostravam bastante necessários e as oficinas se foram consolidando e multiplicando em centros populosos e com feiras e comércio local. Assim, na família Cardoso do Amaral, de Rio de Moinhos, inscrevem-se dois elementos da terceira geração, o mais novo a residir na Vista Alegre, a que se somam dois outros jovens, um em Cans e outro na Agrela, surgindo o latoeiro que figurava no recenseamento anterior classificado agora como proprietário. Outro tanto ocorre com António Nogueira da Silva, de Paço de Sousa, onde o ofício se transmite para a geração seguinte. Ribaçais, o centro da freguesia de Abrugão, passou a dispor de funileiro, Joaquim Pereira de Macedo, de 33 anos. Junto das Termas de S. Vicente, no lugar da Ponte das Cabras (S. Miguel de Paredes), está a laborar Bernardo de Sousa Oliveira, sexagenário, anteriormente recenseado como vendeiro.

**Quadro n.º 4 - Latoeiros, funileiros, e picheleiros em Penafiel**

Nome	Prof.	1865	1879	1894	1901	1923	Freguesia	Ler e escr.
Abílio Gomes de Freitas	latoeiro	–	–	–	–	57 solt.	Penafiel, rua Serpa Pinto	–
Albino da Silva	funileiro	–	–	–	31 cas.	–	Penafiel, rua Alfredo Pereira	sim
Albino Teixeira da Silva	latoeiro	–	–	–	–	50 viúvo	Penafiel, rua Serpa Pinto	–
António Faria da Costa	funileiro	56 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
António Joaquim Cerqueira	lat./ funil.	–	36 cas.	45 viúvo	–	–	Penafiel, rua Direita	sim/não
António José Alves Sampaio	lat./ funil.	–	51 solt.	57 solt.	–	–	Penafiel, rua do Paço	sim
António José de Melo (pai)	latoeiro	51 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Nova	não
António José de Melo (filho)	latoeiro	–	27 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Nova	sim
Carlos José Leal	latoeiro	–	24 solt.	–	–	–	Penafiel, rua do Sacramento	sim
Francisco José Leal	latoeiro	–	48 cas.	–	–	–	Penafiel, rua do Sacramento	sim
Francisco José Peixoto	latoeiro	–	24 solt.	–	–	–	Penafiel, Cimo de Vila	sim
Genésio de Faria Chaves	funileiro	–	35 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
João Pinto Leal	latoeiro	–	–	–	30 cas.	–	Penafiel, rua do Carmo	sim
Joaquim Dias da Silva	picheleiro	–	–	–	45 cas.	60 cas.	Penafiel, rua Direita	sim
Joaquim Pereira da Silva	latoeiro	–	–	–	–	41 cas.	Penafiel, praça Municipal	–
Jorge Clemente Teixeira	latoeiro	–	–	–	–	37 cas.	Penafiel, S. Bartolomeu	–

José Alves	latoeiro	–	–	–	28 solt.	47 cas.	Penafiel, rua do Paço/ Direita	sim
José António Leite	lat./ funil.	29 cas.	42 cas.	50 cas.	–	–	Penafiel, rua do Paço	não
José Ribeiro da Costa	latoeiro	–	–	–	30 cas.	49 cas.	Penafiel, rua do Paço	sim
José Pereira Durães	latoeiro	59 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
Manuel Gomes de Freitas	funileiro	–	–	38 cas.	–	–	Penafiel, rua Serpa Pinto	não
Manuel Gomes de Freitas	latoeiro	–	–	–	30 cas.	49 cas.	Penafiel, rua Serpa Pinto	sim
Pedro Teixeira Durães	funileiro	–	33 solt.	48 cas.	–	–	Penafiel, praça Municipal	sim
Zeferino da Silva	latoeiro	38 cas.	52 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Direita	não/sim
Joaquim Pereira de Macedo	funileiro	–	–	–	–	33 cas.	Abragão, Ribagães	–
António Nogueira da Silva	latoeiro	–	–	26 cas.	27 cas.	–	Paço de Sousa, Mosteiro; em 1923 é proprietário	sim
Bernardo de Sousa Oliveira	funileiro	–	–	–	45 cas. (vendedor)	66 cas.	Paredes, Ponte das Cabras	–
Joaquim Ferreira da Conceição	latoeiro	–	–	–	–	26 cas.	Rio de Moinhos, Agrela	–
José Cardoso	latoeiro	–	43 cas.	67 cas.	–	–	Rio de Moinhos, Cans	não
José Cardoso do Amaral	latoeiro	–	31 cas.	42 cas.	55 cas.	–	Rio de Moinhos, Cans	sim
José Cardoso do Amaral	latoeiro	–	–	–	–	28 cas.	Rio de Moinhos, Vista Alegre	–
Manuel Cardoso do Amaral	latoeiro	–	–	–	23 solt.	43 solt.	Rio de Moinhos, Cans	sim
Manuel Luís Ferreira	latoeiro	–	–	–	24 solt.	–	Rio de Moinhos, Cans; em 1923 é proprietário	sim
Manuel Pereira Augusto	latoeiro	–	–	–	–	23 cas.	Rio de Moinhos, Cans	–

**Fonte:** AMPNF - 1625 *Livro de recenseamento de todos os cidadãos eleitores e elegíveis*, 1865; AMPNF - 1638 *Caderno de eleitores e elegíveis - assembleia de Penafiel*, 1879; AMPNF - 1635 *Caderno de eleitores e elegíveis - assembleia de Luzim*, 1879; AMPNF - 1643 *Livro para o recenseamento político do anno de 1894*; AMPNF 1644 *Livro do recenseamento eleitoral*, 1901; AMPNF 1646 *Livro definitivo do recenseamento eleitoral*, 1923.

## OS PROFISSIONAIS, DE 1936 À ACTUALIDADE

A dispersão anteriormente iniciada caracteriza as décadas do Estado Novo, até os objectos de *folha* se tornarem obsoletos em muitas das suas valências, caducidade reforçada pelo surgimento dos plásticos. Na cidade, as latoarias são cada vez em menor número. Algumas existiam já nos anos 20 e os profissionais, sexagenários, estão prestes a passá-las à geração seguinte, ou simplesmente deixam a actividade.

As de Abílio Gomes de Freitas, na rua Joaquim Cotta, e de José Alves, latoeiro da rua Direita teriam sido as primeiras descontinuadas. Joaquim Pereira da Silva, eleitor nos anos 20, trabalhou pelo menos até 1949/50 no estabelecimento da praça Municipal, sendo substituído à frente do negócio pelo filho José Pereira da Silva, eleitor desde 1936, com 27 anos. Nos livros de actas para repartição da contribuição industrial que compulsámos<sup>41</sup>, ao primeiro é imputado, entre 1946 e 1950, um rendimento

41 *Distrito do Porto: concelho de Penafiel: Livro(s) de actas a que se refere o artigo 6º do Decreto nº 24.916, 1946-1953.7.*

tributável de 1.000\$00, elevado nos três anos seguintes para 1.500\$00, mas já da responsabilidade de José, classificado, nos anos 60, como industrial. Por ocasião da 1ª Exposição de Artesanato, realizada em 1967, este último é um dos expositores (1ª Exposição, 1967). Serviu nos Bombeiros Voluntários de Penafiel.

Também haverá relação (irmãos?) entre José Ribeiro da Costa, da rua do Paço, recenseado em 1901 (30 anos), até 1950, e Luís Ribeiro da Costa, funileiro, quase trinta anos mais novo, que se manteve activo pelo menos até 1973, indicando como morada as ruas Eng. Matos, Alfredo Pereira e do Sacramento, ou seja, com mudança das instalações. O valor tributável, em nome do primeiro, ascendia a 1.000\$00, de 1946 a 1952, descendo para 900\$00 no ano seguinte.

Para José Lopes Pinto, latoeiro da rua da Saudade, inscrito em todos estes recenseamentos eleitorais (29 a 64 anos), não encontramos verba atribuída na segunda fonte. Nesta é tributado (600\$00 de 1946 a 1951, depois 700\$00) João Crisóstomo Pinto Lameiras, da rua Tenente Valadim, picheleiro, jovem e ainda não eleitor (?), o que será nos anos 60 (até 1973, com 53 anos). Henrique Ferreira da Rocha, funileiro, exerceria na rua da Saudade (com José Lopes Pinto?), onde foi recenseado em 1965. Os três estavam sedeados em fracções consecutivas da EN 106, no limite da cidade, que passa diante do cemitério e cruzava uma área de densa habitação popular. Artur Matos Monteiro, picheleiro, ficava num outro acesso à cidade, vindo de lugares periféricos, neste caso dos lados de S. Roque e Aveleda.

**Quadro n.º 5 - Latoeiros, funileiros e picheleiros em Penafiel**  
 Recenseamentos eleitorais para as Juntas de Freguesia 1936-1973

Nome	Prof.	1936	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1973	Freguesia
Abílio Gomes de Freitas	latoeiro	47 solt.	–	–	–	–	–	–	–	–	Penafiel, rua Serpa Pinto
Artur Matos Monteiro	picheleiro	–	–	–	–	–	43 cas.	48 cas.	–	–	Penafiel, av. Tomás Ribeiro
Henrique Ferreira da Rocha	funileiro	–	–	–	–	–	–	42 cas.	47 cas.	50 cas.	Penafiel, rua da Saudade
João Crisóstomo Pinto Lameiras	picheleiro	–	–	–	–	–	38 cas.	43 cas.	51 cas.	53 cas.	rua Tenente Valadim
João Pinto Leal	latoeiro	63 viúvo	–	–	–	–	–	–	–	–	rua do Carmo
Joaquim Pereira da Silva	latoeiro	55 cas.	61 cas.	63 cas.	(até 1949)	–	–	–	–	–	Penafiel, praça Municipal
José Alves	latoeiro	60 cas.	66 cas.	–	–	–	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita
José Lopes Pinto	latoeiro	29 cas.	35 cas.	36 cas.	41 cas.	46 cas.	52 cas.	56 cas.	61 cas.	64 cas.	Penafiel, rua da Saudade/ av. Nova
José Pereira da Silva	latoeiro	27 cas.	–	–	–	46 cas.	51				
José Ribeiro da Costa	latoeiro	61 cas.	67 cas.	68 cas.	70 cas.	–	–	–	–	–	Penafiel, rua do Paço
Luís Ribeiro da Costa	funileiro	32 cas.	38 cas.	40 cas.	42 cas.	47 cas.	51 cas.	59 cas.	64 cas.	67 cas.	Penafiel, rua Eng. Matos/ Alfredo Pereira/ do Sacramento

Joaquim Pereira de Macedo	funileiro	45 cas.	45 cas.	53 cas.	61 cas.	66 cas.	71 cas.	75 viúvo	–	–	–	Abragão, Ribaçais
José Pereira Augusto	funileiro	–	–	–	–	–	25 cas.	–	–	–	–	Abragão, Ribaçais
Adão Pereira Augusto	lat./fun.	25 solt.	28 cas.	31 cas.	40 cas.	40 cas.	45 cas.	55 cas.	60 cas.	63 cas.	–	Boelhe, Extremadouro
Manuel Pinto	picheleiro	–	–	–	–	–	25 cas.	–	37 cas.	40 cas. (pedreiro)	–	Capela, Vila Meã
Francisco de Sousa Loureiro	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	30 cas.	–	Duas Igrejas, Castanheira de Baixo
Modesto Cabral	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	52 cas.	55 cas.	–	Duas Igrejas, Perafita
Custódio Vieira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	–	37 cas.	42 cas.	47 cas. (industrial)	52 cas. (industrial)	–	Eja, Entre-os-Rios
Elvino Vieira da Silva	latoeiro	–	–	–	33 solt. (em 1949)	–	–	–	–	–	–	Eja, Entre-os-Rios
Joaquim Augusto Vieira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	27 cas.	30 cas.	–	Eja, Entre-os-Rios
José Pereira da Rocha	funileiro	–	–	–	36 cas.	–	–	–	–	–	–	Eja, Entre-os-Rios
Jorge Alves da Silva	[funileiro]	–	–	–	28 cas. (industrial)	32 cas. (industrial)	37 cas. (motorista)	41 cas. (motorista)	46 cas. (motorista)	49 cas. (motorista)	–	Galegos, Ribeira / Alminhas
José Nogueira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	25 cas.	30 cas.	34 cas.	39 cas.	42 cas.	–	Galegos, Bairro
Albano Moreira Gomes	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	29 cas.	–	Guilhufe, Silvarelhos
Agostinho Pinto	lat./fun.	–	–	–	–	32 cas.	38 cas.	43 cas.	49 cas. (ferroviário)	52 cas. (ferroviário)	–	Guilhufe, Retorta/ Silvarelhos
António Ferreira de Oliveira	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	23 cas.	–	Irivo, Ribeiro
António Ferreira Aires	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	52 cas.	–	Irivo, Guinchães
António Rodrigues Martinho	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	30 (1º Cabo)	34 cas.	–	Irivo, Valdevesa
Abílio Luís Ferreira	picheleiro	–	46 cas.	–	–	–	–	–	–	–	–	Lagares, Padrão
António da Silva (pai)	latoeiro	–	–	30 cas.	31 cas.	36 cas.	–	–	–	–	–	Lagares, Serra
António da Silva (filho)	funileiro	–	–	–	–	21 cas.	25 cas.	–	34 cas. (jornaleiro)	37 Cas.	–	Lagares Serra/Lapa
José Soares de Sousa	picheleiro	–	–	–	–	–	30 cas.	35 cas.	40 cas.	43 cas.	–	Lagares, Igreja
Manuel Ribeiro	latoeiro	–	21 cas.	22 cas.	31 cas.	36 cas.	41 cas.	–	–	–	–	Novelas, Chaves

António de Carvalho Nogueira da Silva	picheleiro	—	—	—	—	—	—	—	30 cas. (pedreiro)	33 cas.	Paço de Sousa, Cavada
Domingos da Silva Martinho	funileiro	—	—	—	—	22 cas.	27 cas.	32 cas.	37 cas.	42 cas.	Paço de Sousa, S. Lourenço/Ramadas
Joaquim Nogueira da Silva	picheleiro	—	—	—	—	—	30 cas.	35 cas.	40 cas.	43 cas.	Paço de Sousa, S. Lourenço
José Nogueira da Silva	lat./pich.	30 cas.	30 cas.	36 cas.	45 cas. (industrial)	50 cas. (industrial)	55 cas. (industrial)	60 cas.	65 cas.	68 cas.	Paço de Sousa, Santa Luzia
Manuel Rodrigues de Barros	funileiro	—	—	—	—	—	25 cas.	31 cas. (carteiro)	—	—	Paço de Sousa, Cavada
Agostinho Augusto de Jesus Ferreira	[funileiro]	—	—	—	26 cas. (comerciante)	32 cas. (comerciante)	37 cas. (comerciante)	42 cas. (comerciante)	46 cas. (comerciante)	49 cas. (comerciante)	Pinheiro, Pinheiral/Várzea
António Gonçalves	picheleiro	45 cas.	45 cas.	45 cas.	63 cas.	69 cas.	77 cas.	—	—	—	Pinheiro, Aveleda
Vitorino da Silva Moreira	lat/fun.	—	—	—	24 cas.	—	35 cas.	40 cas.	44 cas.	47 cas.	Pinheiro, Várzea
Flávio Teixeira	picheleiro	—	—	—	44 cas. (lavrador)	49 cas.	54 cas.	59 cas.	63 cas.	67 cas.	Portela, Curveira/Outeiro
António Joaquim Vieira	funileiro	—	—	26 cas.	32 cas.	37 cas.	41 cas.	46 cas.	51 cas. (jornaleiro)	54 cas.	Recezinhos (S. Mart.), Lugarinho/Venda do Campo
Joaquim Luís Teixeira	funileiro	—	27 cas.	34 cas.	37 cas.	40 cas.	? cas.	53 cas.	57 cas.	59 cas.	Rio de Moinhos, Cans /Vista Alegre
Manuel Cardoso do Amaral	funileiro	55 solt.	55 solt.	63 solt.	65 solt. (jornaleiro)	68 solt.	71 solt.	—	—	—	Rio de Moinhos, Cans
Manuel Pereira Augusto	funileiro	37 cas.	39 cas.	45 cas. (proprietário)	47 cas.	53 cas.	—	—	—	—	Rio de Moinhos, Cans
Armando Moreira de Carvalho	picheleiro	—	—	—	23 cas. (serralheiro)	29 cas. (serralheiro)	34 cas. (serralheiro)	39 cas. (serralheiro)	42 cas.	48 cas.	[Sebolido] Rio Mau

**Fonte:** AMPNF - 1672, 1676, 1681, 1685, 1690, 1695, 1698, 1702, 1705 *Livro[s] de recenseamento eleitoral - eleições para as Juntas de Freguesia*, 1936,1940, 1945,1950, 1955, 1960, 1965, 1970, 1973 (respectivamente).

Fora do centro urbano, mais dez freguesias, distribuídas por todo o concelho, dispuseram de latoeiros/funileiros activos nestas décadas. Abragão, como vimos, tinha um artista em 1923, Joaquim Pereira de Macedo, que continuou a ser recenseado até 1965, já viúvo e com 75 anos. Residia na rua do Maninho e era seu timbre, sempre recordado, gostar de organizar festas e tocar violão. Um segundo funileiro foi tangencialmente seu contemporâneo. Chamava-se José Pereira Augusto, era natural de Cans, Rio de Moinhos, aí aprendera a profissão, aos 13 anos, com o pai, o funileiro Manuel Pereira Augusto. Falecido (?) este, na segunda metade dos anos 50, juntamente com o irmão e na sequência dos casamentos de ambos na contígua freguesia de Vila Cova, estabeleceu-se em Abragão. Residia numa pequena habitação e tinha a loja de funileiro e serviços funerários no centro de Ribaçais, onde fazia os artigos habituais e o serviço de cangalheiro, incluindo o soldar dos caixões de chumbo. Em 1971, emigrou para a Alemanha e lá permaneceu

até 1980. Quando regressou abriu oficina na habitação, travessa da Vista Alegre, onde ocupava o tempo com a sua arte. Entrevistado em 1988<sup>42</sup>, aos 54 anos, classificou-se como funileiro, a trabalhar sozinho porque ninguém queria aprender, nem ele podia pagar; utilizava algumas pequenas e antigas máquinas manuais. Respondia, sobretudo, a encomendas, mas também vendia na oficina, à vizinhança, lampiões, lamparinas, candeias, funis, regadores, enxofradeiras, etc., e fazia caleiras, além de consertar o que lhe trouxessem. Trabalhou até ao fim da vida; depois, um filho requalificou a habitação e chamou-lhe *Casa do Latoeiro*.

Seguindo a margem do Tâmega, em Boelhe, lugar de Extremadouro, estava fixado Adão Pereira Augusto, também originário da mesma família de Cans, irmão de Manuel e tio do anterior. Casado, eleitor desde 1936 (25 anos), ali permanecia em 1973. Foi tributado de 1950 a 1953 (600\$00-700\$00). Hoje é lembrado por Agostinho Augusto Teixeira, filho de outro funileiro de Rio de Moinhos, porque aquele se deslocava à oficina do seu pai a fim de utilizar, por 50 centavos, a máquina *universal*, equipamento que não adquirira para Boelhe.

Acompanhando o rio para jusante, chegamos a Rio de Moinhos, onde o ofício cedo ganhara raízes e se multiplicara, saindo daqui profissionais para outras freguesias. Manuel Cardoso do Amaral, terceira geração da primeira família de latoeiros recenseada, iniciara a actividade por 1901 e prosseguia em 1960, tributado depois de 1949 (500\$00-600\$00). A Manuel Pereira Augusto, eleitor em 1923, até 1955, já nos referimos por causa do irmão Adão, que seguiu para Boelhe, e do filho, funileiro em Abragão.

Um terceiro funileiro, Joaquim Luís Teixeira, estava sedado próximo da estrada e do largo da feira, em Cans. Casado, nascido em 1910 e recenseado em 1940 com a profissão de funileiro, foi-lhe atribuído rendimento para colecta de imposto em todos os anos documentados (500\$00-600\$00). Esteve activo até há cerca de três décadas, sendo também apreciado o seu contributo para a antiga Banda de Música de Rio de Moinhos, onde por muitos anos tocou caixa (FERREIRA 2007: p. 31). Um dos filhos, Agostinho Augusto Jesus Teixeira (76 anos), desde muito jovem aprendeu a arte e acompanhou o pai, só deixando a oficina após o regresso do serviço militar, em meados dos anos sessenta, quando a procura já era muito fraca. Tornou-se motorista profissional e negociante de fruta por conta própria, escolhas moldadas pelo tecido económico local. Posteriormente retomou a empresa paterna, mas para se dedicar exclusivamente ao ramo de pichelaria. Foi com ele que falámos e com outro irmão desde jovem encaminhado para diferente rumo (Fig.1).

Ambos desconhecem com quem o pai realizou a sua formação, que não ocorreu na família, mas talvez com Manuel Pereira Augusto ou outro profissional da freguesia. A oficina, ao lado da forja de Fernando Ferreira Soares, pertencia aos ferreiros e tinha apenas cerca de 16m<sup>2</sup>, mas estava muito bem localizada. Só mais tarde se mudou para o lugar da Vista Alegre, pouco afastado, trabalhando nos baixos da habitação. Aí estava a característica bigorna de latoeiro/funileiro, que ciosamente preservam. Possuir a máquina universal, de calandrar, de que Agostinho Augusto se lembra desde sempre e que também guarda com orgulho, fez toda a diferença, não só por o trabalho se tornar mais rápido e ganhar em aparência e competitividade, como por lhes permitir realizar serviços menos acessíveis a outros funileiros que a não possuíam, e alguns até pagavam para a usar ocasionalmente. Também a máquina de soldar sofreu grandes alterações, desde o antigo *ferro* ou *fornilho* manual a carvão, construído pelo próprio funileiro, pesado no manusear e lento a aquecer, passando pela de gasolina e, por fim, pelo maçarico com ferro de soldar, aquecido a gás. A solda, fundiam-na eles, com duas partes de chumbo e uma de estanho, porque assim resultava num preparado mais espesso e aquele era mais barato. Improvisavam o pincel de passar o ácido, uma vez que os comprados nada duravam.

No tempo do pai, fabricavam regadores, baldes, cocos para beber, braseiras, lamparinas, lampiões, medidas para azeite e vinho (almude, cântaro,...), depósitos grandes para azeite, enxofradeiras e mesmo caleiras, que não atingiam mais de 1m por peça, sendo por isso trabalhosas de soldar e difíceis de

---

42 Artes e Ofícios Tradicionais, documentos do inquérito efectuado em 1988 por iniciativa do Ministério da Educação.

colocar. Montavam gasómetros de carbureto, que davam uma luz muito viva, e sulfatadores, comprando as peças fundidas. Também manuseavam a folha de alumínio para painéis e tachos, cujo fundo, não suportando a soldagem, era dobrado, ligado à parede por cravos de alumínio e batido na bigorna. Numa fase mais recente, quase nada disto se fazia de novo, a clientela apenas solicitava, na maior parte dos casos, algum conserto, por exemplo deitar um fundo novo ao regador demorava uma hora e custava 9\$00, por deitar pingos para vedar furos levavam \$50. Sulfatadores, faziam poucos, o trabalho de os montar não era rentável relativamente aos preços industriais, mas tinham, frequentemente, de remediar avarias e substituir algumas componentes de maior desgaste.

Este percurso pela vertente voltada ao Tâmega termina na foz, em Entre-os-Rios, onde se fizeram ouvir vários membros da família Vieira da Silva, funileiros ou picheiros. José é consistentemente considerado para pagamento de imposto, pelo menos desde a segunda metade da década de quarenta, assim como Elvino – tributado em 1948 e recenseado em 1949, aos 33 anos, com oficina na rua de Santiago – que emigrou para o Brasil e aí faleceu; algo mais novo, o irmão Custódio, eleitor em 1960, com 37 anos, foi funileiro e picheiro, também classificado como industrial. Este tinha a oficina na velha estrada que desemboca junto do antigo quartel dos bombeiros (rua Nova) e ainda trabalhava quando decorreu o levantamento dos ofícios remanescentes, em 1986. O seu filho Joaquim Augusto, picheiro, com 27 anos no recenseamento de 1970, está no activo. A propósito dos funileiros de Entre-os-Rios, ouvimos, há bastantes anos, que teriam reutilizado as chapas de vidro/negativos de um fotógrafo local, com corte normalizado, para fazer os lampiões, o que, segundo o informador, muito contribuiu para a destruição daquele importante acervo.

Do lado oposto do município e contígua à cidade, Novelas, onde existiu uma grande família de ferreiros, teve latoeiro no lugar de Chaves, Manuel Ribeiro, recenseado em 1940 (21 anos) e presente em 1960, sendo um dos representantes da arte na Exposição de 1967. Guilhufe, a seguir sobre o rio Sousa, foi servida, nos anos 50/60, pelo latoeiro/funileiro Agostinho Pinto, que passou a ferroviário. Já em Paço de Sousa, como vimos, fora recenseado, desde final do século XIX, o latoeiro António Nogueira da Silva, proprietário e mais conhecido pela acção nos Bombeiros de Cête (Paredes), percurso que, após a cisão na instituição, o seu filho José Nogueira da Silva repetirá, encontrando-se entre os fundadores da Associação de Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, cuja primeira reunião ocorreu em Maio de 1937, cabendo-lhe a honra de ser o bombeiro nº 1 do corpo activo de 1938 e subchefe do quadro de chefia aquando do cinquentenário (MENDES 1988: pp. 11-13, 46).

José Nogueira da Silva surge, no recenseamento eleitoral de 1936, como latoeiro instalado em Santa Luzia. Ao rendimento tributável que atingia, de 1.200\$00, o mais elevado daqueles anos, acrescia, na década de cinquenta, um adicional devido pelo exercício da venda em feiras e mercados. Trabalhava com os filhos, António e Joaquim, este ainda referido como latoeiro em 1983, quando tinha 53 anos e residia em S. Lourenço. De facto, seria picheiro, assim como o irmão. O próprio pai pode servir de caso paradigmático destes percursos: começou a vida activa como latoeiro, na década de 50/início de 60, em colaboração com os filhos, é considerado industrial, e de 1965 a 1973, certamente o período em que se incluirá a relação privilegiada com a fábrica da Sociedade de Lacticínios Valpedre, o recenseamento designa-o picheiro, trabalho que predominava e foi o das gerações seguintes.

Na oficina paterna, pouco acima da Casa do Gaiato, equipada com universal ou *máquina de tirar canais*, para além da bigorna, trabalhava-se a folha a maço e martelo e, no início, soldavam com forninho, fazendo eles próprios a *água de soldar*, aplicada com pincel improvisado de pelo de rabo de cavalo apertado numa ponta de chapa dobrada, porque o ácido atacava rapidamente os pincéis que se adquiriam, da mesma forma que o recipiente tinha de ser em cobre ou vidro. Realizavam as obras mais requisitadas: regadores, baldes, vasilhame para medir e transportar vinho e azeite, funis, enxofradeiras, etc., segundo recorda o sobrinho António Pinto, que se manteve no ramo, mas em unidade industrial

moderna, pois trabalhou como latoeiro-funileiro numa fábrica de cilindros da cidade do Porto. A família ainda hoje é conhecida em Paço de Sousa como os *Latoeiros*. Manuel Rodrigues de Barros, da mesma freguesia, lugar da Cavada, foi recenseado em 1960, com 25 anos, quando exercia de funileiro, a que preferiu o emprego de carteiro.

Lagares, teve como latoeiro/funileiro António da Silva, do lugar da Serra, que confirmámos ter trabalhado regularmente nos anos 40-50. A oficina passou para o filho com o mesmo nome, falecido há cerca de uma década. Serviam a procura local de regadores, jarros, canados, cântaros, cocos, funis, etc. e fabricavam as *bailarinas*, cafeteiras rápidas de dupla parede cónica, expeditas a aquecer a água com pouca lenha por terem uma grande superfície de exposição (Fig. 10.4). Também é referido um picheleiro (1940), especialidade adoptada mais tarde por José Soares de Sousa, recenseado em 1960 (30 anos), no lugar da Igreja.

No eixo central do concelho, posicionados na proximidade de nós viários, identificámos, de Norte para Sul, um funileiro em S. Martinho de Recezinhos, não longe do entroncamento que conduz ao Marco de Canaveses (EN 211). Trata-se de António Joaquim Vieira, a trabalhar desde meados da década de 40 no Lugarinho, onde foi edificado o Salão Paroquial, tendo transferido a oficina para o rés-do-chão da habitação, pouco afastada. Com rendimento tributável de 400\$00-500\$00, vendia ocasionalmente em feiras. Num outro entroncamento, desta vez da estrada de Penafiel a Entre-os-Rios (EN 106) com a que leva a Paço de Sousa (EN 106-3), no lugar da Ribeira, freguesia de Galegos, estava à face da via, nas décadas de 40/50, a oficina de Jorge Alves da Silva, com rendimento de 400\$00/500\$00, mas que também vendia em feiras e mercados, tirando disso maior proveito (600\$00). O empresário dedicou-se seguidamente ao serviço de táxis e a outras actividades do ramo de reparação de veículos (hoje a firma Jorge Alves da Silva, L.da); encerrou a funilaria em meados da década de setenta. Mário Moreira, de quem falaremos adiante, teve aqui emprego ao regressar do serviço militar, por 1975, para terminar os concertos e encomendas pendentes.

Prosseguindo na EN106, prestes a chegar às Termas de S. Vicente, na Ponte das Cabras, freguesia de Paredes, temos referência a Agostinho Augusto de Jesus Ferreira, tributado neste ramo de actividade de 1946 a 1952 (500\$00-600\$00). Nascido em Janeiro de 1923, foi mais um latoeiro/funileiro natural de Rio de Moinhos que se afastou da sua terra para ampliar as oportunidades. Fixou-se nas Termas, disseram-nos que a sua especialidade eram os caixões de chumbo, ainda que posteriormente mudasse de ramo: adquiriu e explorou a Pensão (hoje Residencial) Regional e outro comércio, que este centro de termalismo, muito bem posicionado, potenciou, sendo recenseado, em 1950, como comerciante. Também ele pertenceu à antiga Banda de Música de Rio de Moinhos, desde os catorze anos, e aí tocava caixa, ao lado de Joaquim Luís Teixeira<sup>43</sup>, tendo mais tarde integrado várias direcções até passar, em 1995, a presidente honorário da rebaptizada Banda Musical e Cultural (FERREIRA 2007: pp. 31 e 46). Agostinho Augusto de Jesus Ferreira trouxe da freguesia natal e ensinou a arte a Vitorino da Silva Moreira, que permaneceu nas Termas, onde partem as freguesias de Paredes e Pinheiro. Desta última (lugar da Aveleda) e do seu tempo seria o picheleiro António Gonçalves.

Terminámos assim o périplo no lugar da Várzea, junto do parque termal, onde estava a oficina de Vitorino da Silva Moreira, como dissemos, originário de Rio de Moinhos, lugar do Ribeiro, de onde saiu em moço para as Termas: aqui casou (lugar da Aveleda) e permaneceu. Considerado para a repartição do imposto em 1949, com valores em crescendo de 500\$00 a 700\$00 (1953), está inscrito no recenseamento eleitoral de 1950, aos 24 anos. Continuou a trabalhar no seu estabelecimento, com o auxílio dos três filhos, dos quais destacámos Mário Alberto Moreira, que herdou a arte e o substituiu na AGRIVAL, em 1988, sendo hoje o último latoeiro/funileiro penafidense, já reformado, mas activo. Nesta condição colaborou com o Museu no projecto *PARTO – Penafiel, Artes e Ofícios*.

---

43 Nascido naquele tempo, o filho deste funileiro também se chama Agostinho Augusto de Jesus, mais o sobrenome Teixeira.

## MÁRIO ALBERTO MOREIRA, O ÚLTIMO FUNILEIRO EM ACTIVIDADE

Reformado aos 65 anos, Mário Alberto Moreira fez dos baixos da sua nova residência, sobranceira às Termas de S. Vicente (rua de Santiago, Pinheiro), a oficina onde trabalha diariamente (Fig.2.1). O ritmo da procura, hoje e aqui, é muito mais reduzido do que ao tempo de seu pai, quando estavam nas últimas instalações, prédio junto da estrada e das Termas, num ponto de muito trânsito.

Vitorino Moreira começou por ter um local precário, mesmo perto das termas, e daí passou para a oficina do Tapado Novo, bastante próximo, onde trabalhou com os três filhos, até estes serem incorporados no serviço militar. Ao regressar, cada um deu rumo à vida, ficando Mário (n. 1950) com o progenitor, excepto em breves experiências de outros trabalhos, que o levaram até ao estaleiro da barragem do Pocinho, no Douro, ou à aprendizagem para se tornar electricista. Como referimos antes, ao voltar da *tropa* também foi “cedido” temporariamente a Jorge Alves Silva, funileiro de Galegos, para rematar obra pendente.

A oficina paterna estava sempre bastante surtida de mercadoria para venda imediata, pois produziam uma grande diversidade de artefactos de modelos padronizados, ainda que fabricassem muito por encomenda e realizassem inúmeros consertos. Até aos anos 70, com os filhos presentes, também se dedicavam a fazer e colocar caleiras, muitas vezes ficando o pai na oficina a adiantar obra, enquanto eles, mais ágeis, iam colocá-las. De seguida, todos se punham a soldar as peças que o pai preparara, e assim racionalizavam o trabalho, tirando partido das melhores capacidades de cada um. Utilizavam sobretudo a folha-de-flandres, mais maleável e fácil de curvar sem formar vincos, como acontecia com a zincada, embora em ambas a qualidade e calibre condicionassem bastante esta trabalhabilidade. Contudo, no final, a primeira resultaria numa melhor aparência, superfícies mais regulares, claras e brilhantes. A solda, já vimos, preparavam-na eles próprios, com estanho e chumbo (por vezes de sucata), sempre a tentar poupar aquele, mais caro, e tendo em atenção que o segundo a tornava mais espessa e fácil de fixar; em fusão, era deitada numa rilheira (improvisada) que dava forma às barras, de onde o ferro de soldar a colhe. O ácido clorídrico, para pincelar as juntas e limpar a superfície na qual ia incidir a solda, compravam-no na drogaria.

O equipamento essencial de uma destas oficinas não era muito nem demasiado dispendioso, antes sempre bastante idêntico, pelo que remetemos para a descrição e ilustração relativa ao estudo sobre o latoeiro de Arco de Baúlhe (SOEIRO 2015). Obrigatória, como elemento central, embora com alterações ao longo do tempo, a presença da bigorna, de aço ou ferro calçado, em forma de T, com pé alto e haste superior estreita, mas de braços longos. À semelhança da bigorna de ferreiro, tem ao centro a pequena praça rectangular, plana, que se prolonga bilateralmente em braços muito extensos, um apontado e de secção circular, o outro de secção quadrangular e ponta recta, que apresenta no arranque caneluras de diferente largura e profundidade onde se faziam dobras (com e sem arame interior) e molduras, mormente as quadrangulares que a máquina universal não realiza. O pé, de secção quadrangular, termina em espigão, que se introduz profundamente no suporte, um cepo de madeira. O funileiro Agostinho Augusto Teixeira colocou no topo deste cepo uma espécie de prato trabalhado na folha, para mais comodamente pousar a ferramenta. A sua bigorna difere da utilizada por Mário Moreira, que foi de Agostinho Augusto de Jesus Ferreira, pelo facto de, à maneira das de ferreiro, ter no braço, depois das caneluras, um orifício fundo que permitia as furações sem a ponta do instrumento se deteriorar por bater contra o ferro (Fig.1.2 e 2.2). O funileiro de Pinheiro faz as furações sobre um suporte de madeira, cuja superfície ficou coberta de orifícios. Este mesmo suporte apresenta concavidades de vários diâmetros, para nelas moldar a martelo peças em calote ou opadas (Fig.2.3).

Ao contrário da bigorna, os aparelhos de soldar sofreram grande transformação desde meados do século XX, em que ainda se usava o velho ferro de soldar, directamente aquecido sobre o carvão (sem nele tocar) e o forninho, também a carvão, de que todos os funileiros se lembram pelo incómodo que causava, em vista do tempo necessário para este aquecer devidamente a lingueta metálica com que

se aplicava a solda. Eram idênticos aos registados no Arco de Baúlhe, mas não encontramos nenhum inteiramente preservado, tendo sido entregue ao Museu, pelo ferreiro José Gonçalves da Mota, de Paço de Sousa, parte da estrutura de um fornilho (Fig. 6). Seguiu-se a máquina a gasolina e depois a actual, com o ferro, idêntico ao inicial, a receber o calor do maçarico a gás (Fig. 3.2).

A máquina universal ou rotativa de funileiro (PETIT 1921: pp. 211 e ss.), que há mais de sete décadas existe em muitas oficinas penafidelenses, veio revolucionar o trabalho pela facilidade e rapidez com que, trocando os carretos, se rebarbava, torneava, laminava e faziam dobras, caneluras, molduras, pregas, etc., sendo em grande medida responsável pela produção em quantidade, com ganhos de esforço e uma menos longa aprendizagem, evitando muito bater e curvar manual na bigorna (Fig.1.3 e 3.1). Mário Moreira, que não herdou a do pai mas recebeu a sua, algo mais antiga, com a bigorna, afirma tê-las visto ainda à venda na rua do Almada (Porto), há não muitos anos; também já existem eléctricas.

Mascotos de madeira, que não ferem a superfície (antes estanhada) da chapa, martelos de bola e de pena, tesouras de cortar chapa, turquês, limas, grosas, compasso direito de pontas para transferir medidas e desenhar círculos, régua e esquadro são instrumentos básicos, preparados pelos próprios ou adquiridos no comércio (Fig. 3.3). Com eles se trabalhava sobre a bancada de madeira, que tinha quase sempre num dos extremos a máquina anterior, com a cabeça dos *rolos* proeminente; em alguns casos via-se um outro auxiliar preso a uma das pernas, o torno de pé, para fixar qualquer elemento enquanto se actua sobre ele. Assunto mais sensível, a transmissão dos moldes (chapa e cartão), preservados como uma mais-valia, dava-se entre profissionais, passando de pais a filhos ou de mestres a aprendizes. Cada peça, no geral, necessitava de vários moldes, próprios para cortar determinada componente que, reunida às demais, permitia montar o artefacto. Assim, o trabalho corria mais célere, não era preciso voltar sempre ao início, estar a medir e desenhar na chapa cada corte irregular e a calcular a sua proporção relativa para que se ajustassem na montagem. Mantinham-se por perto, pendurados em grupos correspondentes a cada modelo. Só as partes mais regulares, por exemplo círculo para o fundo e rectângulo para a parede direita, se traçavam a régua, esquadro e compasso (Fig. 4).

## A OBRA

Sem qualquer veleidade de exaustão, vamos elencar artefactos produzidos na oficina de Vitorino e Mário Alberto Moreira e outros existentes na colecção do Museu. Começamos pelos destinados à iluminação, como as candeias de vários modelos, ou *luzes de pé* e *de pendurar*, todas de reservatório fechado porque usavam combustível derivado do petróleo, o que obriga a manter a chama afastada deste, ao invés das velhas candeias de azeite e outras gorduras (VITERBO 1913: pp. 59-60). Os modelos de pousar e pendurar atribuídos a Penafiel por Rocha Peixoto (PEIXOTO 1905: p. 38), no início do século XX (Fig. 7.1), permaneceram, ainda que por vezes se troque o tubo lateral que protegia a torcida e afastava o lume por um registo adquirido à indústria, já pronto, que o funileiro soldava no cimo do reservatório. Este registo está quase sempre presente nas candeias de pé, desde as mais básicas, de simples reservatório tronco-cónico, com ou sem asa, encimado pelo registo, que se retira para introduzir o combustível. Nas de pé alto (com orifício na asa para também poderem ser penduradas de um prego), em que o depósito se ergue sobre palmatória e coluna, pode existir um tubo de enchimento independente, assim como em algumas de pousar (Fig. 8.1 e 7.2). Os lampiões, paralelepípedicos, de armação em folha, com vidros laterais, rematavam superiormente em chaminé e argola de suspensão. Eram os escolhidos nas deslocações exteriores ou para velar de noite, pois protegiam a chama, que ardia no bico de uma pequena candeia de reservatório encerrada no seu interior, a qual ficava presa ao fundo por meio de um sistema de presilha e lingueta (Fig. 8.2).

Em ocasiões de alguma solenidade, fossem noites de luminárias impostas pelo poder autárquico para celebrar eventos do município e do país, festas religiosas ou ainda quando o sino tocava a avisar

da saída do Santíssimo para o viático, colocavam-se lanternas ou lampiões envidraçados nas varandas e sacadas com gradeamentos providos de espigões verticais nos ângulos, onde se encaixava o apêndice tubular do artefacto. Eram semelhantes aos que as confrarias levavam no extremo de uma vara durante as procissões, havendo-os sem vidro, com todo o corpo formado por chapa vazada (frequentemente de estanho), deixando ver motivos religiosos que se destacavam uma vez aceso o lume interior, uma vela ou um recipiente fechado com o combustível (MIRANDA 1929; MARTHA 1940). Idênticas a estas no fundamental (PEIXOTO 1905-1908: p. 45), faziam-se de menor tamanho, com asa ou cabo lateral, para uso no âmbito doméstico e cultural, como o exemplar proveniente de Paço de Sousa (Fig. 9).

Na cozinha, muitos pequenos recipientes em folha, produzidos por todos os latoeiros/funileiros, serviam fins pré-definidos, socialmente codificados, como as almotolias do azeite, com e sem bico, e as latas e pequenos garrafões com que se enchiam (Fig. 10.1). Contudo, a assertividade no gesto que permitiam estes tamanhos médios, com canal/bico longo, levou ao seu emprego para encher candeias e fogões alimentados com os novos combustíveis, e até nas estações de serviço auto, para óleo e demais produtos.

A polivalência funcional pode ficar exemplificada com o coco (Fig. 10.1), espécie de púcaro de rabo com que tanto se tirava água fresca do caneco, para beber, como a ferver, da panela ao lume, para cozinhar e esquentar. Muito manejáveis, usavam-se para líquidos e sólidos e cada casa teria mais de um, destinando-os a diferente serventia. À oficina de Vitorino e Mário Moreira chegavam vizinhos que traziam latas vazias (com apenas uns furos na tampa, de despejar o conteúdo) e pediam que as transformasse em cocos. Com parede inclinada e maior tamanho, o balde de cabo serve, no quintal, para regar e despejar a *água choca* das fossas, ou no lagar, para transferir o mosto.

Panelas, cafeteiras, escorredores, coadores, tabuleiros (*latas*) e formas de bolo, as elegantes *bailarinas* (Fig. 10.4), bacias, apanhadores e baldes, os maiores de bordo reforçado com arame de ramada, quase desapareceram, e os regadores escasseiam (Fig. 4.3). Corredores (vários tamanhos), funis para líquidos, funis curtos e de cano grosso para encher chouriços e bicos de fazer sonhos são peças que ainda se vendem (Fig. 5.3), assim como a clássica roca de colher a fruta das árvores altas, a armadilha para as toupeiras (Fig. 5.1 e 2) e o relativamente recente funil de matar frangos. No último Outono/Inverno, Mário Moreira fabricou muitas botijas, agora em inox, que aquece melhor e não enferruja (Fig. 5.4). As de cobre eram *para os ricos*.

Um grupo de peças muito particular, que as casas de lavoura tendem a conservar, é o do vasilhame de medida, habitualmente conjuntos de carena alta para vinho e baixa para o azeite (Fig. 11). Muitas destas medidas estão aferidas para um ou dois valores, marcados por pontas salientes no interior, a que corresponde a capacidade inscrita na chapa de latão soldada no exterior. Só na maior das primeiras vimos o quadrado vazado a servir de limite à quantidade aferida. Correspondem a volumes que mostram o sincretismo dos sistemas métricos de uso local, novos e tradicionais (*Mappas*, 1868: p. 208): almude de 20, 24 ou 25 litros; pote ou cântaro (1/2 almude); canada de  $\pm 2$  litros. Os submúltiplos de uso corrente, vasos cilíndricos e com uma asa quadrangular, são o novo litro e o 1/2 litro, próximo ao quartilho, o 1/4 litro, sucessor do 1/2 quartilho, e o 1/4 de quartilho. Lagar, adega e engenho de azeite (SOEIRO 1996/1997) precisavam de muitos outros artefactos obra de funileiro; outro tanto sucedia nos armazéns de grossistas e retalho dedicados aos bens alimentares.

Nas terras em redor das Termas, tinha bastante procura (vendiam mais de um milhar ao ano) um cântaro de boca larga (25 a 30 litros, três asas) empregue especificamente para as mulheres irem buscar a *água verde*, o soro resultante do fabrico do queijo na fábrica de Valpedre, com que engordavam os porcos. O cântaro das leiteiras (15 litros), só com uma asa lateral, dispunha de tampa articulada (Fig. 12.1). Com ele se levava o leite ao posto de recolha das fábricas de lacticínios ou vendia ao público, pelas casas. Antes da normalização obrigatória deste vasilhame (em alumínio), a forma tradicional para ordenha e venda imediata do leite seria o ferrado, baixo, com fundo largo (estável), ampla boca, uma asa e bico do lado oposto. Coberto por tampa protectora, dividida entre parte fixa e a restante articulada por

dobradiça, usava-se com o coador do ferrado de forma a evitar que alguma sujidade residual da ordenha passasse ao verter para as medidas, na frente do cliente.

O vendedor da água fresca (açucarada, com limão) nas feiras e romarias apregoava este regalo (GUIMARÃES 1991: p. 123), contido num cântaro revestido por isolantes placas de cortiça, com bico e coador interno (Fig. 12.2 e 3). É ainda num outro modelo de cântaro que se leva o sulfato para, com o regador, encher a máquina, ela própria montada e consertada pelo funileiro (Fig. 14), bem como os pequenos aspersores (Fig. 13.1) de uso diverso. Desde a praga do oídio, em meados do séc. XIX, fabricou-se a enxofradeira de vinhas (Fig. 13.2); no mechador de folha queimava-se enxofre a fim de desinfestar o cereal nas caixas.

Neste universo da folha, lugar de relevo tiveram as latas-contentor, de todos os tamanhos e feitios e para os mais diversos propósitos. Escolhemos: o pequeno baú/lancheira para transportar a refeição do operário e viajante, que no âmbito doméstico servia de cofre dos documentos da família e foi mesmo transformado em urna eleitoral; a lata da vendedeira das lampreias de Entre-os-Rios, necessitada de as fazer chegar vivas (em água) ao cliente para se aproveitar o sangue; o grande baú das doceiras de feira (Fig. 15). Mário Moreira ainda fez, para as da Rua e do Torrão, muitas latas redondas de guardar os doces e tabuleiros de enfiar, lisos e com divisórias para o doce da Teixeira, bolo rectangular de presença obrigatória em feiras e romarias do Norte de Portugal.

Este funileiro responde a outras necessidades derivadas das actividades económicas em que os seus vizinhos estão envolvidos, o que quase elevou ao topo de vendas o balde da pólvora para as pedreiras, obrigadas a tê-la protegida e tapada (Fig. 4.3). Há algumas décadas, quando das freguesias do Sul do concelho saíam muitos trabalhadores para as Minas do Pejão, do outro lado do Douro, na oficina do pai montavam e reparavam inúmeros gasómetros, com as peças fundidas compradas na própria empresa mineira.

## **OFÍCIOS DE ONTEM, EM JEITO DE CONCLUSÃO**

Na cidade de Penafiel, tornou-se difícil recuperar a memória desta arte e certificar como de produção local as peças a que tivemos acesso, e ainda mais se as quisermos atribuir a um ou outro funileiro, inexistentes nas últimas décadas. Quando estes escassearam, foram os caldeireiros que suprimam os pedidos de trabalhos em folha. A perda de profissionais torna-se evidente ao comparar os levantamentos apresentados, sobressaindo, entre o Quadro 4 e 5, a diminuição de estabelecimentos no centro urbano e o crescimento dos implantados em centros secundários, distribuídos pelo demais território concelhio, onde, até hoje, subsistem clientes.

De outros constrangimentos falámos ao longo do texto, como os derivados do fácil acesso dos penafidelenses ao Porto e a materiais oriundos dessa cidade, da capital ou mesmo estrangeiros, vendidos nas lojas de quinquilharia e outros negócios, e nas grandes feiras. Para marcar a diferença, representamos a funilaria urbana, para além da luminária, com duas peças da colecção vinculadas à higiene pessoal: um semicírculo de modelo comum, em chapa zincada, que poderia facilmente ter sido encomendado a diversas empresas desta indústria; uma banheira, que pela dimensão, fragilidade e simplicidade técnica aponta para obra local (Fig. 16). Inevitavelmente, lembra um sarcófago, a que não falta o apoio para a cabeça e o estreitamento das paredes até aos pés, onde fica a abertura de escoamento. O peso da água (mesmo pouca) muito dificultaria a sua movimentação. Estava destacada no espaço e houve o cuidado de pintar e decorar todo o exterior com a representação de festões a imitar tecido. Ambos pertenceram a uma casa de família, na rua do Bom Retiro, e foram doados ao Museu face à improbabilidade de serem mantidos no sítio ou reutilizados, uma atitude responsável que contribuiu para a sua preservação. Sirva este exemplo de motivação para que a profissão de latoeiro/funileiro, duplamente secular e agora próxima da extinção no município, onde tantos serviços prestou ao quotidiano dos concidadãos, fique significativamente representada no seu Museu.

## BIBLIOGRAFIA

- ALCALÁ, Fray Pedro de (1505), *Vocabulista aravigo en letra castellana*, Granada, Juam Varela.
- Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas (1878-79)*, Lisboa, DGCD.
- BERNARDO, Helena (2012), *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: Urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*, Porto, FLUP (dissertação de Mestrado).
- BLUTEAU, Raphael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, No Collegio das Artes.
- BRANDÃO (de Buarcos), João (1990), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977) *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Ed. Presença.
- CALDEIRA, João da Silveira (1818), *Sobre o ondeamento metallico, Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, 1 (parte segunda), Paris, Impresso por A Bobée, pp. 140-170.
- COBARRUIAS OROZCO, Sebastian de (1611), *Tesoro de la lengua castellana, o espanola*, Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S.
- CORREIA, Vergílio (1926), *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1955), *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra.
- DUARTE, Joaquim Manuel Jorge Duarte (2017), *Casa Hipólito – história, memórias e património de uma fábrica torriense*, Lisboa, Universidade Aberta (dissertação de mestrado).
- DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira (1972), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 -1784 (ensaio de demografia histórica)*, Porto.
- FERREIRA, José F. Coelho (1990), *História dos Bombeiros de Penafiel*, Penafiel, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel.
- FERREIRA, José F. Coelho (2007), *Banda Cultural e Musical da Vila de Rio de Moinhos*, Rio de Moinhos, Banda Cultural e Musical da Vila de Rio de Moinhos.
- L'Encyclopédie Diderot et D'Alembert: Recueil des planches sur las sciences, les arts libéraux et les arts mécaniques, avec leur explication*, vol. 25 *metallurgie - fer blanc* (1989), Paris, Inter-Livres.
- 1ª Exposição de Artesanato Regional em Penafiel (1967)*, Penafiel, Comissão Municipal de Cultura.
- GOODOLPHIM, Costa (1974), *A associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas*, Lisboa, Seara Nova.
- GUIMARÃES, António (1991), *Figuras típicas de Penafiel*, Penafiel, Biblioteca Museu.
- HARDY, Jean-Pierre (1978), *Le forgeron et le ferblantier*, Montréal, Les Éditions du Boréal Express.
- Inquérito Industrial de 1865. Actas das sessões da Comissão de Inquérito (1865)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete) (1891)*, volumes 3 a 5, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Legislação da contribuição industrial (1862)*, *Archivo juridico*, Porto, 2ª série 7.
- Mappas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas (1868)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro (1974), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- MARTHA, Cardoso (1940), *Luminária popular*, in *Vida e arte do povo português*, Lisboa, pp. 157-171.
- MENDES, Júlio (1988), *50 anos Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa*, Paço de Sousa, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

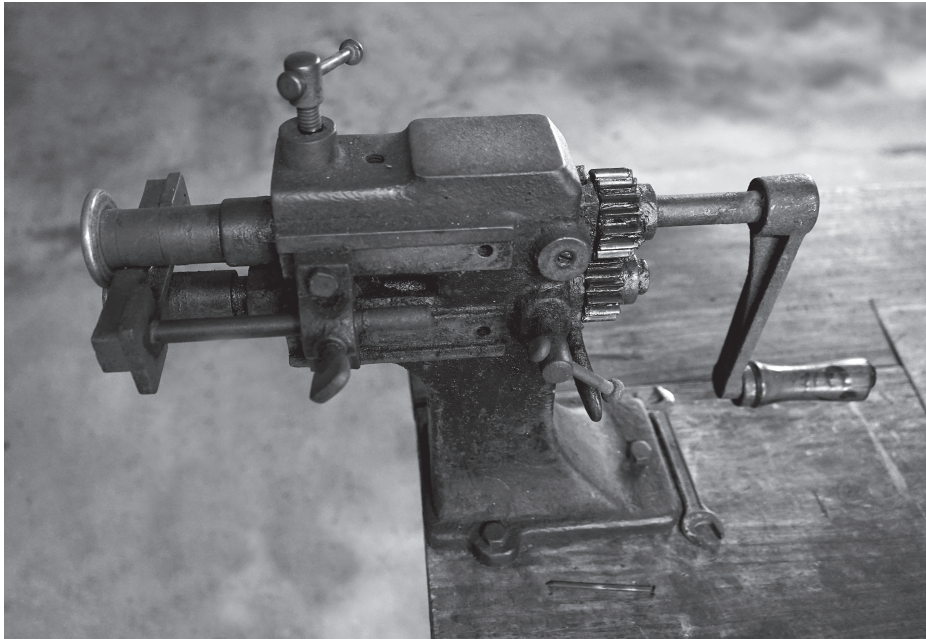
- M[IRANDA], A[bílio] (1929), Usos do nosso tempo, *Penha-Fidelis*, 1, Penafiel, p. 15.
- PEIXOTO, Rocha (1905-1908), Iluminação popular, *Portugalia*, 2, Porto, pp. 35-48.
- PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia estatistica geral de Portugal e colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PETIT, George (1921), *Nouveau manuel complet du ferblantier lampiste*, Paris, Manuels Roret.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1726-1739), *Diccionario de la lengua castellana*, Madrid, Imprenta de Francesco del Hierro Imp.. [DICCIONARIO DE AUTORIDADES].
- Relatório apresentado ao exc.mo snr Governador Civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes* (1881), Porto.
- Relatório da Junta Geral do Districto do Porto* (1856-1861), Porto.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (1979), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 -1729 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (2000), *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*, Penafiel, Museu Municipal.
- SILVA, Antonio de Moraes (1789), *Diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SOBRINO, Francisco (1705), *Diccionario nuevo de las lenguas española y francesa*, Bruselas, Francisco Foppens.
- SOEIRO, Teresa (1996-1997), Lagares de azeite no concelho de Penafiel, *Portugalia*, nova série, 17-18, Porto, pp. 219-244.
- SOEIRO, Teresa (2000-2001), Os dias grandes, *Cadernos do Museu*, 6-7, Penafiel, pp. 137-220.
- SOEIRO, Teresa (2003-2004), Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos, *Cadernos do Museu*, 8-9, Penafiel, pp. 7-76.
- SOEIRO, Teresa (2014-2015), Os ofícios do ferro em Penafiel: ferreiros e candeeiros, *Cadernos do Museu*, 14-15, Penafiel, pp. 5-146.
- SOEIRO, Teresa (2015), *A latoaria em Cabeceiras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal.
- VITERBO, Sousa (1913), As candeias na religião, nas tradições populares e na industria, *Revista Lusitana*, 16, Lisboa, pp. 41-80.
- VITERBO, Sousa (1918), *Documentos sôbre várias indústrias portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade.



**Fig. 1.1:** Agostinho Augusto de Jesus Teixeira (e o irmão), funileiro/picheleiro de Rio de Moinhos, junto do equipamento da oficina do pai que ciosamente preserva; **1.2:** Bigorna de funileiro; **1.3:** Máquina universal. (Fot. T. Soeiro).



**Fig. 2. 1:** Mário Alberto Moreira, funileiro das Termas de S. Vicente, na oficina da sua residência, onde actualmente trabalha (Fot. T. Soeiro); **2.2:** Bigorna de funileiro (Fot. T. Soeiro); **2.3:** Cepo e ferramenta de trabalho (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



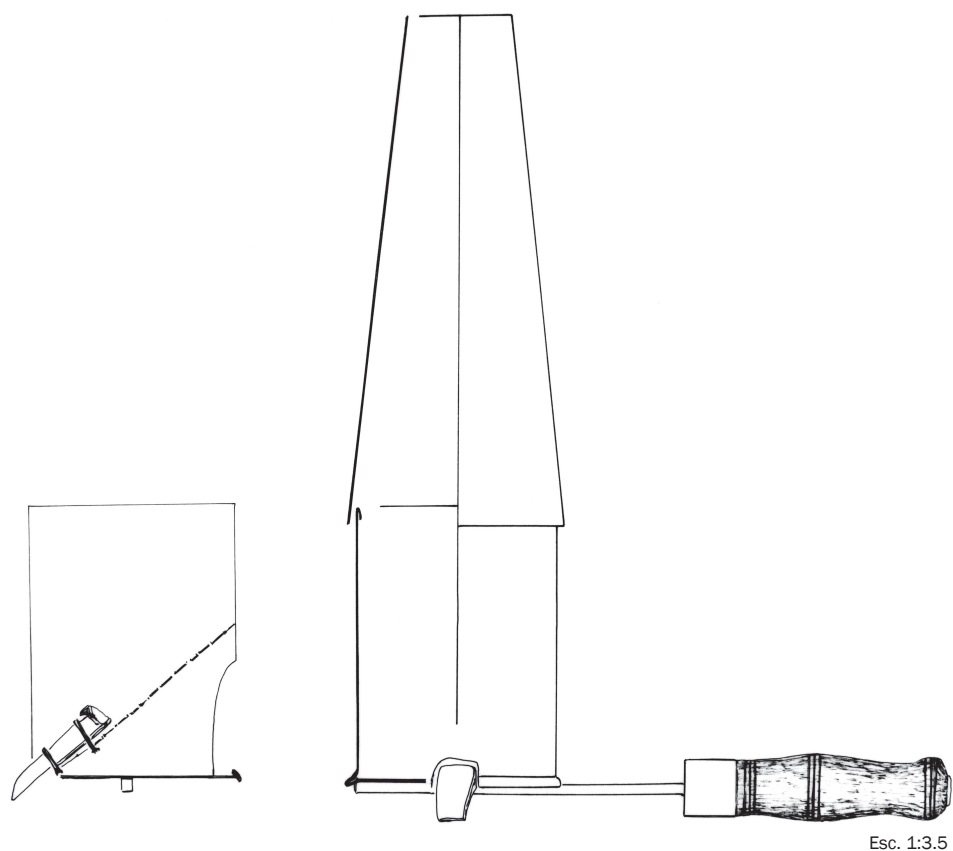
**Fig. 3:** Na oficina de Mário Alberto Moreira. **3.1:** Máquina universal; **3.2:** Banca de soldar, com o ácido, a solda e o ferro aquecido por maçarico; **3.3:** Ferramenta sobre a bancada. (MMPNF/Fot. ANCA).



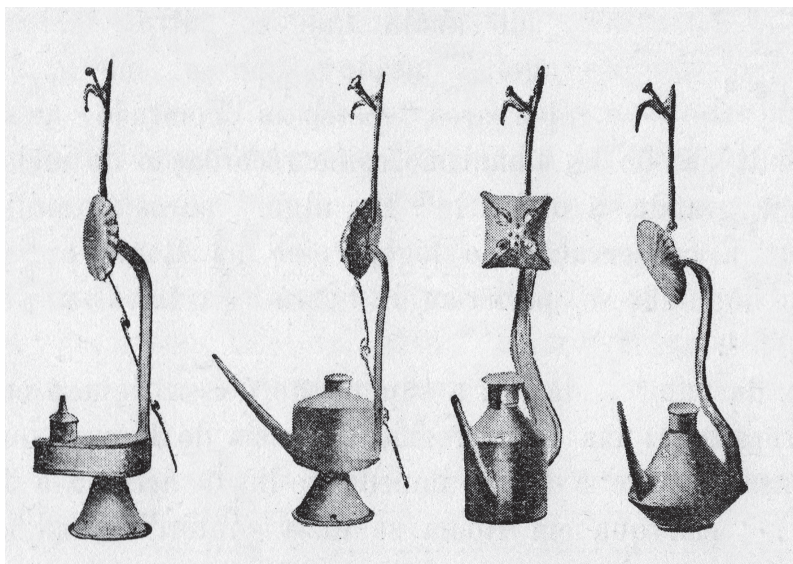
**Fig. 4:** Na oficina de Mário Alberto Moreira. **4.1:** Moldes para fazer o regador (MMPNF/Fot. ANCA); **4.2:** Regador, a junção das partes (MMPNF/Fot. ANCA); **4.3:** Regador e balde da pólvora para as pedreiras (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 5:** Trabalhos de Mário Alberto Moreira. **1.** Roca de apanhar fruta **2.** Armadilha das toupeiras. **3.** Funil dos enchidos **4.** funil do vinho **5.** bico para dar forma à massa dos sonhos **6.** Botija para aquecer a cama. (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 6.1:** Fornilho de soldar completo (vista frontal e corte perpendicular). Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto (Soeiro, 2015:59); **6.2:** Parte inferior de forninho, proveniente de Paço de Sousa (MMPNF/2009/8007) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 7.1:** Candeias de Penafiel, modelos ilustrado por Rocha Peixoto, na viragem para o séc. XX (Peixoto, 1905-1908:38); **7.2:** Candeias de pendurar em folha existentes no Museu, séc. XX (MMPNF/2021/14666 e MMPNF/1993/699) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 8.1:** Candeias de pé em folha, séc. XX (MMPNF/1993/697 e MMPNF/2013/10419); **8.2:** Lampiões, séc. XX (MMPNF/1993/693, MMPNF/2013/10421 e MMPNF/2018/13919). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 9.1:** Lanterna de procissão, com motivos religiosos vazados (MMPNF/1993/1343); **9.2:** Lanterna ou lampião para varanda/sacada com gradeamento (MMPNF/2009/7943); **9.3:** Lanterna de mão, em folha de ferro (?) vazada, iluminada por candeia de folha-de-flandres com reservatório fechado (MMPNF/2012/10267). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 10.1:** Almotolias e garrafões para azeite (MMPNF/2008/5081, MMPNF/1993/728, MMPNF/2002/2248 e MMPNF/1997/1836); **10.2:** Coco (MMPNF/1993/717) e Cafeteira rápida para ferver água, modelo conhecido localmente por bailarina (MMPNF/1993/1076). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 11.1:** Medidas aferidas para azeite (MMPNF/2001/2172 e MMPNF/1998/1851); **11.2:** Medidas para vinho (MMPNF/1997/1835, MMPNF/2013/10304 e MMPNF/2001/2181). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 12.1:** Cântaros do leite (MMPNF/2001/2176 e MMPNF/2001/2179) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro); **12.2:** O vendedor de água doce (Foto Antony); **12.3:** Cântaro para venda de água fresca (MMPNF/2014/10501) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



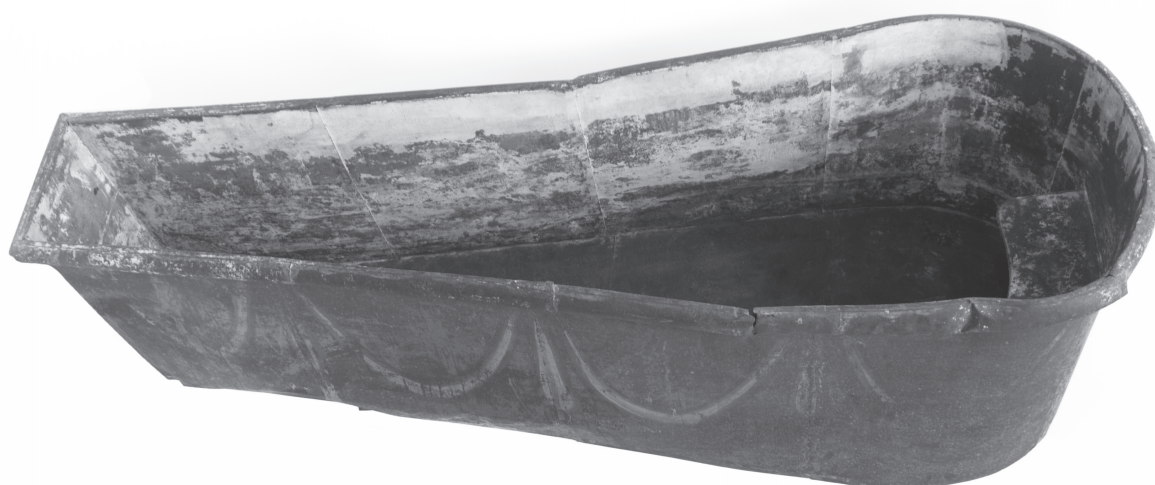
**Fig. 13.1:** Pulverizador (MMPNF/2012/10270); **13.2:** Enxofradeira de vinha (MMPNF/2018/14466).  
(MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 14.1:** Regador e cântaro do sulfato (MMPNF/2020/14177 e MMPNF/2012/10182).; **14.2:** Pulverizador usado para sulfatar (MMPNF/2021/14668). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 15.1:** Lancheira para levar a refeição (MMPNF/2006/3544); **15.2:** Urna eleitoral (MMPNF/1993/1352); **15.3:** Lata da vendedora de lampreias (MMPNF/1993/966); **15.4:** Lata grande da doceira (MMPNF/1993/1362). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 16.1:** Semicúpio (MMPNF/1998/1859); **16.2:** Banheira (compr. 175 cm; MMPNF/2021/14667).  
(MMPNF/Fot. M. Ribeiro).